

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

Arquitetura da rua

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

Arquitetura da rua

Camila Zolin

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

Professora Arquiteta Inês Varela Maia Lobo
Professor Arquiteto Paisagista João Manuel
Vilhena Gomes da Silva

Setembro 2021 Lisboa



ÍNDICE

Abstrato	5
Introdução	9
I	
Arquitetura da rua	13
Público e privado	23
Entre-meios	29
O lugar intermediário	35
A percepção da transição	41
II	
Morfologia do intermédio	46
Permeabilidade	51
Abertura a paisagem	54
Arcadas	58
Pátio	62
Passagem	67
Planos	70
Sombra	74
Marquise	78
III	
Memória	83
Urbanização de Chelas	95
Planos antecessores	102
Plano de Chelas	121
Marvila e fragmentação	127
Áreas de transição de Marvila	131
Projeto	143
Bibliografia	160

Abstrato

PT

O tema em análise é a arquitetura da rua, onde são tangíveis a arquitetura e o urbano, os espaços que conjugam morfologias de meios opostos, ambientes que emergem da interpenetração e interação entre ambos. Nesta investigação, indicaremos as variações e resultados, no desenho de arquitetura, do que se refere os seus componentes transitórios. Este estudo busca amplificar e condensar o tema de transição com diferentes autores, e segundo os quais, tencionamos nos situar no entendimento a respeito dos binômios arquitetura-urbano, indivíduo-público, dentro-fora, dentre outros. Mediante a reflexão adquirida nos defrontamos com recursos no desenho arquitetônico, apontado pelos autores, para ascender o conceito investigado. Ao decompor esses artifícios, deparamos em um sítio específico, Chelas, e o impacto dos espaços de transição, desde os primeiros planos para essa região, e como foi se alterando com o passar do tempo.

Palavras chave: espaço de transição, espaço público, entre meios.

Abstract

EN

The subject under analysis is the architecture of the street, where architecture and the urban are tangible, the spaces that conjugate morphologies of opposing media, environments that emerge from the interpenetration and interaction between both. In this investigation, we will indicate the variations and results, in architectural design, of its transitional components. This study seeks to amplify and condense the theme of transition with different authors, and according to whom, we intend to situate ourselves in the understanding of the architecture-urban, individual-public, inside-outside binomials, among others. By means of the acquired reflection, we faced ourselves with resources in the architectural design, pointed out by the authors, to ascend the investigated concept. By decomposing these artifices, we came across a specific site, Chelas, and the impact of transitional spaces, since the first plans for this region, and how it has changed over time.

Keywords: transition space, public space, in between.

“ We must consider the quality of the streets and buildings relating them to each other. A mosaic of interrelationships - like imagine that urban life is - requires a spatial organization in the which the built form and outer space (which we call the street) does not only complementary in the spatial sense and there for a relationship of reciprocity, but still, and especially - because it is with which we are concerned about - in which the constructed form and the space provide maximum access so that one can penetrate the in such a way that not only the boundaries between the exterior and the interior becomeless explicit, as well as the rigid division between theand the public.”¹

Herman Hertzberg



Fig. 1 Casa de colono, Joaquín del Palácio, Vegaviana, Espanha-1960.

INTRODUÇÃO

A transição formada pelos edifícios e o urbano são espaços com potenciais que geram dinamismo, um vínculo entre a arquitetura e o tecido da cidade, são situações capazes de mudar uma rua, um bairro. Essa disposição encontra-se nos limites dos edifícios, a conhecida “*A Pattern Language*” de Alexander et al., enfatizou o papel crucial da borda do espaço público², em galerias ou arcadas, ou em seu núcleo com pátios, corredores e passagens, e pela forma como a arquitetura se relaciona com o urbano. O privado e o público se encontram e geram porosidades, limites, e relação de correspondência entre os dois, espaços que poderão ser de permanência ou de passagem, fluído e contínuo. A interface é um meio-chave pelo qual os indivíduos negociam a presença inelutável em meios urbanos de pessoas que estão “socialmente distantes, mas fisicamente próximas”³. São bem-sucedidos os espaços que propõe uma ‘cortesia espacial’⁴, onde há uma difusão dessa dualidade e que evidência o urbano em dimensão, materialidade e sutilmente se incorpora.

O campo de interação público/privado tem sido considerada como uma dimensão do desenho urbano, uma parte vital para o intercâmbio comercial e social, refletida em bordões como: “*active edge*”⁵ e “*eyes upon the street*”⁶. A importância social dessa área compartilhada foi estabelecida no campo da psicologia por Maurice Merleau-Ponty em “*Phenomenology of Perception*”⁷. Para Altman⁸, a privacidade é essencialmente uma dialética entre o privado e o público, em que o controle sobre o acesso a outros depende de controles de limites socio-espaciais, o espaço de transição medeia as relações de poder. As interfaces ressoam com a ambivalência que Simmel⁹ associa aos desejos simultâneos de se envolver e se afastar de uma vida urbana de estranhos. Como Jano¹⁰ de duas faces, o deus romano das portas e portões, a interface é essencialmente dupla, separando e conectando níveis de uma hierarquia socioespacial: parte-todo, individual-coletivo, eu-sociedade. A transição é onde recebemos e excluimos estranhos, onde negociamos “publicidade” e “privacidade”, exposição ao olhar do público e fugimos dele.

A estrutura urbana quando interferida por propostas de projetos de arquitetura, e se de maneira positiva altera a morfologia que reflita um posicionamento crítico, a disposição do espaço público gera urbanidade e vitalidade. A interface público/privado foi um foco chave para a crítica de Newman¹¹ ao surgimento de uma terra de ninguém entre a rua e a porta da frente sob o planejamento modernista. Embora Newman não tenha desenvolvido uma tipologia de transição detalhada, sua recomendação foi efetivamente a erradicação de um tipo particular (áreas ambíguas e semiprivadas) e um reforço das fronteiras defensáveis. Em sua discussão sobre “controle” no espaço público, Lynch¹² distingue entre direitos de presença, uso, apropriação, modificação e disposição, embora tais direitos frequentemente se concentrem em interfaces, esta é uma tipologia de direitos ao invés de interfaces.

Através de atividades comerciais ou de serviços gera-se dinâmica no espaço, estas estratégias de projeto mudam a ideia do edifício enquanto objeto, ou mera ocupação de espaço. A sua utilização não consiste que haverá qualidade no projeto ou na inserção no urbano, mas nos lugares que ocorrem essa vitalidade são propostas arquitetônicas que contém esses espaços.

¹ Herman Hertzberg, “*Lessons for students in architecture*”, 1999, p.79.

² Christopher Alexander et al, “*A pattern language*”, 1997, p.752-756.

³ Zygmunt Bauman, “*Ética pós-moderna*”, 2003, p.153.

⁴ Ian Bentley et al, “*Responsive Environments*”, 1985, p.12.

⁵ Idem, p.64. Tradução própria: “bordas ativas”.

⁶ Jane Jacobs, “*Life and Death of Great American Cities*”, 1961, p.38. Tradução própria: “olhos nas ruas”.

⁷ Maurice Merleau-Ponty, “*Phenomenology of Perception*”, 2012.

⁸ Irwin Altman, “*Human Behavior Environment*”, 1977, p.228.

⁹ Georg Simmel, “*On Individuality and Social Forms*”, 1972, p.76.

¹⁰ Jano, deus romano das transições, das portas e dos inícios. Em geral, suas duas faces simbolizam o passado e futuro.

¹¹ Oscar Newman, “*Creating Defensible Space*”, 1996. p.70.

¹² Kevin Lynch, “*The theory of good city form*”, 1981, p.205.



Fig. 2 Moeda quadrigatus de prata romana do deus Jano, cunhada entre 225 e 214 a.C.

ARQUITETURA DA RUA

“As ruas são a morada do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado, que, entre os muros dos prédios, vive, experimenta, reconhece e inventa tanto quanto os indivíduos ao abrigo de suas quatro paredes.”¹³

A palavra “rua” tem origem do termo latim *ruga*¹⁴, que a partir dos primeiros sinais de deslocamento do homem, de forma gradual consolidou-se os primeiros caminhos. Desde então, a rua foi operada para articular, hierarquizar, organizar os assentamentos humanos. Portanto, as ruas podem ser consideradas como uma das manifestações físicas mais facilmente reconhecíveis da urbanidade¹⁵, nada mais do que a coesão social, econômica e política de grupos individuais organizados em um espaço coletivo comum, que têm como objetivo servir à circulação e comunicação da sociedade e dos materiais. Por milhares de anos, a escala e capacidade humana ditou os trajetos e dimensões das ruas, depois os meios de transportes impactaram as mesmas, nenhum tanto como o automóvel, sobretudo posteriormente a Segunda Guerra Mundial. Em oposição das ruas para as pessoas, emerge crescentemente as ruas para os automóveis, Bernard Rudofsky em “*Streets for people*”, discute esse fenômeno sobre tudo nos Estados Unidos, onde esse cenário foi mais acentuado, mas não um caso isolado, visto que países europeus com cidades medievais em seus novos loteamentos seguem o mesmo padrão

*“Italy represents the rearview mirror of western civilization. Just as its villages have always been case studies of urbanity, its streets - apparently old-fashioned, but even soon to be examined still valid, future-oriented models - are full of the kind of inspiration that dispenses with theorizing.”*¹⁶

Tanto a intimidade das vilas mediterrâneas, como em grande parte das maiores cidades da Europa, os *paseos*, *corsos*, *ramblas* e *boulevards* arborizados derivam-se do caminhante, tanto o desenho urbano quanto a arquitetura desenvolve-se para o indivíduo e a maneira como ele utiliza o espaço público, para depois responder as outras escalas, como carros e transporte de massa.

*“In today’s society this situation, and therefore this glue¹⁷, is largely missing. It is missing in large part because so much of the actual process of movement is now taking place in indoor corridors and lobbies, instead of outdoors. This happens partly because the cars have taken over streets, and made them uninhabitable, and partly because the corridors, which have been built in response, encourage the same process. But it is doubly damaging in its effect.”*¹⁸

¹³ Walter Benjamin, “Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo”, 1989, p.194

¹⁴ Dicionário Eletrônico Houaiss, acesso dia 05/11/2020. Na Roma Antiga, as ruas eram atribuídas para o escoamento das águas e também fornecer água. Secundariamente, as ruas eram via de circulação.

¹⁵ “Urbanidade”, termo usado no livro de Jane Jacobs, 1961, “*Life and Death of Great American Cities*”, onde a qualidade de urbanidade de uma cidade, de uma metrópole ou de um bairro depende intrinsecamente do grau de vitalidade urbana ali presente.

¹⁶ Christopher Alexander, “*A pattern language*”, 1997, p.60. Tradução própria: “A Itália representa o espelho retrovisor da civilização ocidental. Tal como as suas aldeias sempre foram estudos de casos de urbanidade, as suas ruas - aparentemente antiquadas, mas mesmo a serem examinadas em breve ainda válidas, modelos orientados para o futuro - estão cheias do tipo de inspiração que dispensa a teorização.”

¹⁷ Essa “glue” descrita por Alexandre et al. (1997) é a relação social criada quando as pessoas “esfregam” os ombros em público.

¹⁸ Idem, p.488. Tradução própria: “Na sociedade atual, esta situação e, por conseguinte, esta cola, está em grande parte ausente. Falta em grande parte porque grande parte do processo de movimento real está agora a decorrer em corredores interiores e *lobbies*, em vez de ao ar livre. Isto acontece em parte porque os carros tomaram as ruas e as tornaram inabitáveis, e em parte porque os corredores, que foram construídos em resposta, encorajam o mesmo processo. Mas é duplamente prejudicial no seu efeito.”



Fig.3 Rua na cidade de Antwerp, Belgica. Art Klein, 1949.

Aponta a falta de relação social nas cidades devido ao domínio do carro sobre ela, e que o reflexo foi a concepção de extensos corredores nos edifícios, e o resultado foi prejudicial, pois os lobbies e corredores estão na maioria das vezes vazios, devido em parte porque o espaço interior não é tão público como o exterior, e a densidade do tráfego vai diminuindo gradualmente pelos andares, o que torna, muitas vezes desagradável andar por eles, e o usuário tende a ser o mais breve possível. Outra parte do problema é a negligência que sobrevém nas ruas, principalmente causado pelo carro.

*“It is damaging because it robs the streets of people. Most of the moving about which people do is indoors-hence lost to the street; the street becomes abandoned and dangerous.”*¹⁹

Para recriar as relações sociais, na medida do possível, o movimento entre salas, escritórios, departamentos, edifícios, deve na realidade ser ao ar livre, em passeios abrigados, arcadas, caminhos, ruas, que são verdadeiramente públicas e separadas dos carros. Abrindo entradas no edifício e eliminando escadas interiores, corredores e lobbies, e deixando a maior parte da circulação ao ar livre, para que assim a vida regresse à rua. Consoante com discernimento de Rudofsky (1982), a rua não é área, mas volume, logo a condição da mesma é equivalente à harmonia das edificações que a constituem, tanto em densidade, continuidade e ritmo. Bem como outros elementos urbanos dirigidos ao peão: galerias, escadas, pontes, pavimentação, fonte, bebedouros etc, para comporem as ruas, elevando o nível de qualidade urbana.

*“At all times, and long before peoples actions and emotions were exhibited against payment on the stage, the street itself has been the great world theater.”*²⁰

Para Rudofsky, a rua tinha um papel fundamental na vida urbana: funerais, procissões, casamentos, enforcamentos, decapitações, desfiles e festas centenárias como o carnaval. Com o tempo esse cenário foi reduzido, e então a “intimidade” com a rua perdeu-se e reduziu-se a sua utilização como apenas parte do nosso trajeto, Hillier²¹ argumenta que cada viagem num sistema urbano tem três elementos: uma origem “A”, um destino “B”, e uma série de espaços passados no caminho de um para outro o “subproduto”, tais locais tenderão, portanto, a ter densidades de desenvolvimento mais elevadas, e é melhor aproveitado pelo peão. A teoria de Hillier, considera a concepção do espaço e configuração espacial, mas também questões de acessibilidade e do carácter dos lugares urbanos também são importantes: por exemplo, o fluxo de peões de um ambiente pouco amigável pode ser aumentado significativamente se o espaço se tornar mais amigável aos peões.

¹⁹ Idem, p.488. Tradução própria: “É prejudicial porque rouba as ruas das pessoas. A maior parte das movimentações que as pessoas fazem é dentro de casa - a rua perde-se e torna-se abandonada e perigosa.”

²⁰ Bernard Rudofsky, “*Streets for people*”, 1982, p.123. Tradução própria: “Desde sempre, e muito antes das ações e emoções das pessoas serem expostas mediante pagamento nos palcos, a própria rua tem sido o grande teatro do mundo.”

²¹ Bill Hillier, “*Space is the machine*”, 1999, p. 126.



Fig.4 Teatro de Rua, Nova Iorque, EUA. Bernard Rudofsky, 1969, p. 135

A teoria de Hillier, considera a concepção do espaço e configuração espacial, mas também questões de acessibilidade e do carácter dos lugares urbanos também são importantes: por exemplo, o fluxo de peões de um ambiente pouco amigável pode ser aumentado significativamente se o espaço se tornar mais amigável aos peões. Este amistoso “relacionamento” entre pessoas e ruas gera vitalidade urbana, descrito por Jane Jacobs²² como a base da “matéria-prima” das funções básicas, são atividades urbanas, que moldam a vida — morar, trabalhar, passear, comprar, conviver, circular — e quando são desprezadas, ou subtraídas por projetos, cria um ambiente inseguro, indiferente e descuidado. Uma das condições que mais favorecem esse clima adverso é a monofuncionalidade, a privação da pluralidade do uso, pois a diversidade de propósito assegura a presença de pessoas em diversas horas do dia por numerosas razões

“On successful city streets, people must appear at different times.”²³

Já com a forma da quadra, sua observação é sobre o dimensionamento, pois longos blocos, diminuem as esquinas, e para a autora, os cruzamentos são pontos necessários para a vitalidade do lugar, a permeabilidade e a continuidade entre as construções também são parcelas necessárias. Como ruas que integram edifícios de períodos, e estados de conservação distintos somados em uma área solidificada.

Jacobs (1961) refere também a rua segura onde há nítida delimitação entre o espaço público e o privado sem áreas indefinidas ou residuais, onde as construções tenham perspectiva para o passeio, com o objetivo de que muitos “olhos” possam estar atentos aos acontecimentos, em sua visão, a rua não era o que o urbanismo moderno alegava: um vazio para mobilidade. E, sim uma instituição genuína e complexa, onde gerações aprendem a conviver, socializar e construir uma comunidade. Se não haver a priorização do peão, o automóvel invade esse espaço, ocasionado a decadência da mesma, portanto, desencadeando para a “morte” da cidade. Outros pontos necessários são a qualidade dos passeios, iluminação das ruas, proteção do patrimônio arquitetônico e parques integrados.

O contraste entre percorrer e ocupar, é referido por Jan Gehl²⁴ como a rua que propicia encontro, troca e socialização. Há três categorias de atividades, segundo o autor: atividades necessárias, opcionais e sociais. As “necessárias” são as que provocam o “ir e vir”, fazem parte das obrigações do dia a dia, as “opcionais” surge do desejo, e “sociais” dependem da presença de outras pessoas, essas duas últimas mencionadas são as que mais dão vida a rua. É necessário compreender, que existem diferentes categorias de ruas, cada uma tem seu papel no tecido urbano, e que essa diversidade de vias que cria uma cidade mais complexa e rica, o problema da falta de vida que as ruas vêm ganhando com o passar dos anos é justamente quando não considera o peão, focando somente na mobilidade urbana, assim criando ruas sempre com o mesmo objetivo de deslocamento e esquecendo o quão rica de atributos essa mesma pode ter. O destino é tao importante quanto o percurso.

²² Jane Jacobs, 1961, “*Life and Death of Great American Cities*”.

²³ Idem, p.140. Tradução própria: “Nas ruas de cidades bem sucedidas, as pessoas devem aparecer em alturas diferentes.”

²⁴ Jan Gehl, “*Life between buildings*”, 2011.



Fig.5 *Via Cassari*, Palermo, Itália. Bernard Rudofsky, 1969, p. 161



Fig.6 *Corso Vanucci*, Perugia, Itália. Bernard Rudofsky, 1969, p. 107

PÚBLICO E PRIVADO



Fig. 7 *Daily life*, Herman Hertzberg, Bari.

Até Pensei

Junto à minha rua havia um bosque
Que um muro alto proibia
Lá todo balão caía, toda maçã nascia
E o dono do bosque nem via
Do lado de lá tanta aventura
E eu a espreitar na noite escura
A dedilhar essa modinha
A felicidade morava tão vizinha
Que, de tolo, até pensei que fosse minha
Junto a mim morava a minha amada
Com olhos claros como o dia
Lá o meu olhar vivia
De sonho e fantasia
E a dona dos olhos nem via
Do lado de lá tanta ventura
E eu a esperar pela ternura
Que a enganar nunca me vinha
Eu andava pobre, tão pobre de carinho
Que, de tolo, até pensei que fosses minha
Toda a dor da vida me ensinou essa modinha²⁵

Os termos “público” e “privado” podem ser entendidos como a versão espacial de “coletivo” e “individual”. Nessa perspectiva, a área pública é acessada a qualquer altura, e de responsabilidade partilhada. O espaço privado, define o acesso para um número estipulado de pessoas, e elas o mantêm.

A cada nível espacial, há um sistema hierárquico com sua própria consistência psicológica, Alexander et al (1997) usa concepção da intimidade gradual para ser usada na disposição de espaços, um gradiente de ambientes, com diferentes graus de intimidade, logo gera variados significados e outras possíveis interações sociais em cada uma.

Ao escrever a diferença entre os tipos de espaços defensáveis, Newman²⁶ categoriza tipologias e o elo entre recinto e contexto com o propósito de distinguir a capacidade humana de controle do espaço visível e defensável, por território, observação natural, imagem e ambiente. Quanto mais domínio e influência o usuário tem sobre aquele lugar, mas próximo do seu âmago e mais longe do coletivo está. Em sua discussão sobre “controle” no espaço público, Lynch²⁷ distingue entre presença, uso, apropriação, modificação e disposição, embora tais direitos frequentemente se concentrem em interfaces, esta é uma tipologia de direitos ao invés de interfaces.

O *modus vivendi*²⁸ citado por Bauman²⁹ é um meio necessário para coexistir, o indivíduo com o geral, que mesmo que não haja confiança, a busca por domínio é desgastante, estamos condenados a nos acomodarmos e perecer

“(…) uma vez que vivemos uma espécie de vida que implica a consciência de que a vivemos com outros) e o que sabemos sobre eles. Cada um de nós “constrói” sua própria coleção de outros desde a memória sedimentada, selecionada e processada de passados encontros, comunicações, intercâmbios, associações e batalhas.”³⁰

É fundamental temos contato com o coletivo, mesmo que assimétrico³¹ do meu eu, para moral, a nossa liberdade ética e responsabilidade pelo próximo. O público e privado são essenciais para a nossa sociedade, mas tão importante como esses espaços, é o semi no sentido de “quase”, metade, onde não é necessariamente nem um ou o outro, mas onde confrontamos suas existências e estamos propensos a estarmos mais abertos para o entendimento e atuar em ambos, conforme ela é enquadrada, formada, negociada e governada.

²⁵ Chico Buarque de Hollanda, canção “Até Pensei”, 1968.

²⁶ Oscar Newman, “*Creating Defensible Space*”, 1996.

²⁷ Kevin Lynch, “*A theory of good city form*”, 1981.

²⁸ *Modus vivendi* vem do latim “modo de vida” ou “meio de viver”. Neste contexto empregado como ajuste encontrado para que ambos convivam em harmonia.

²⁹ Zygmunt Bauman, “Ética pós-moderna”, 2003, p.159.

³⁰ Ibidem, p.168.

³¹ “A assimetria de eu-tu”, capítulo da “Ética pós-moderna” de Bauman, 1997, p.100. Que expõe a ideia intersubjetividade, a relação entre o “Eu” e o espaço, em termos de ação e o acordo com o próximo.



Fig.8 *Man Handing a Letter to a Woman in the Entrance Hall of a House*, Pieter de Hooch, 1670

ENTRE-MEIOS

Winternacht

*Wenn der Schnee ans Fenster fällt,
Lang die Abendglocke läutet,
Vielen ist der Tisch bereitet
Und das Haus ist wohl bestellt.*

*Manche auf der Wandschaft
Kommen ans Tor auf dunklen Pfaden.
Goldene blüht der Baum der Gnaden
Aus der Erde kühlem Saft.*

*Wanderer tritt still herein;
Schmerz versteinerte die Schwelle.
Da erglänzt in reiner Helle
Auf dem Tische Brot und Wein³²*

Uma noite de inverno

Quando a neve cai na janela
E os sinos noturnos repicam longamente
A mesa, posta para muitos,

E a casa esta bem preparada.
Há quem, na peregrinação,
Chegue ao portal da senda misteriosa,
Florescência dourada da árvore da misericórdia,
Da força fria que emana da terra.

O peregrino entra, silenciosamente,
Na soleira, a dor petrifica-se,
Então, resplandecem, na luz incondicional.
Pão e vinho sobre a mesa.’

É sobre a passagem do externo para o interno que fala Georg Trakl³³, no poema citado por Heidegger³⁴ e Norberg-Schulz³⁵, que nos situa em “Uma noite de inverno”, não só como uma estação do ano ou um período do dia, mas como uma *stimmung*³⁶. O lado de fora, no poema é descrito tanto de forma natural, “noturno”, “neve” como objetos feitos pelo homem como “sinos” e o lado de dentro “mesa”, “luz”, mas também há a menção de peças intermediárias a “janela” e o “portal”, suscetíveis aos dois meios no qual se encontram. O homem definido como um peregrino, caminhante, andarilho, com a palavra alemã *wanderer*.

*“We do not merely dwell—that would be virtual inactivity—we practice a profession, we do business, we travel and lodge on the way, now here, now there.”*³⁷

No poema encontra-se três momentos, onde o peregrino está do lado externo e está a merce das forças que emana da terra, segundo quando ele esta em transição, na intermediação, onde há mistério e esperança, e por último seu encontro com o resplandecer da luz, onde já no interior, ele esta acolhido. Heidegger identifica quatro partes de um todo no poema, a relação entre os opostos, que ele chama de quádruplo unitário que é o mundo:

*“The snowfall brings men under the sky that is darkening into night. The tolling of the evening bell brings them, as mortals, before the divine. House and table join mortals to the earth. The things that were named, thus called, gather to themselves sky and earth, mortals and divinities.”*³⁸. Norberg-Schulz completa o raciocínio, *“In other words, when man is capable of dwelling the world becomes an “inside.”*³⁹

O céu e a terra, e nós no espaço de transição entre eles. A porta é a fronteira, bem como a probabilidade, “onde a dor petrifica-se”, por um momento na experiência do entrar, se deixa para trás os problemas externo e segue para o acolhimento da luz, onde as condições de vida existem, e no centro da casa, a mesa onde há pão e vinho. Heidegger afirma que:

*“The single houses, the villages, the towns are works of building which within and around themselves gather the multifarious in-between. The building bring the earth as the inhabited landscape close to man, and at the same time place the closeness of neighbourly dwelling under the expanse of the sky.”*⁴⁰

³² Tradução própria: “Uma noite de inverno”.

³³ Georg Trakl, poeta expressionista austríaco, escreveu *Winternacht* em 1913.

³⁴ Martin Heidegger, *Poetry, language, thought*, 2001, p.192.

³⁵ Christian Norberg-Schulz, *Genius Loci*, 1979, p.8

³⁶ Um caráter ou ânimo, descrito por Norberg-Schulz, sua intenção é estudar o fenômeno lugar, por meios concretos, como casa, sol, pessoas e os meios menos “tangíveis”, que ele exemplifica como sentimentos.

³⁷ Martin Heidegger, 2001, p.145. Tradução própria: “Não nos limitamos a habitar - isso seria uma inatividade virtual - exercemos uma profissão, fazemos negócios, viajamos e alojamo-nos no caminho, agora aqui, agora ali.”

³⁸ Ibidem, 2001, p.197. Tradução própria: “A queda de neve traz os homens para debaixo do céu que escurece à noite. O ressoar do sino da noite trá-los, como mortais, perante o divino. A casa e a mesa unem os mortais à terra. As coisas que foram chamadas, assim chamadas, juntam-se a si próprias céu e terra, mortais e divindades.”

³⁹ Christian Norberg-Schulz, 1979, p.10. Tradução própria: “Em outras palavras, quando homem e capaz de habitar, o mundo se torna um ‘interior’.”

⁴⁰ Idem, 1979. Tradução própria: “As casas individuais, as aldeias, as cidades são obras de construção que reúnem dentro delas e em torno delas esse entre multiforme. As construções trazem a terra, como paisagem habitada, para perto do homem e, ao mesmo tempo, situam a intimidade da vizinhança sob a extensão do céu”.

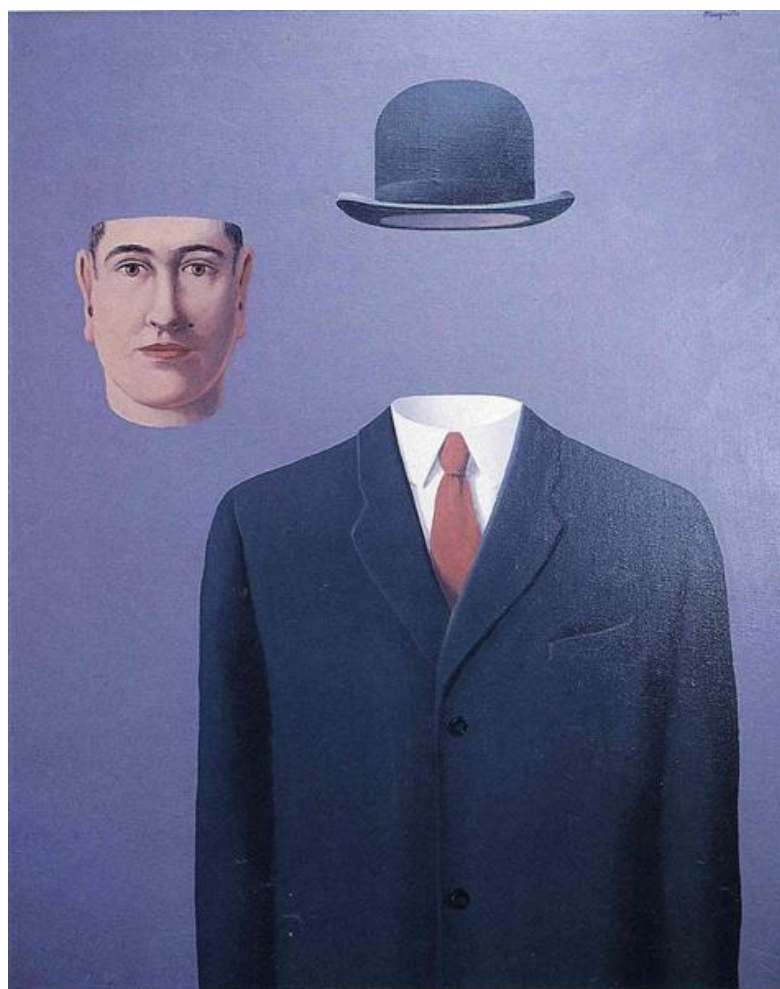


Fig.9 *Le Pèlerin*, René Magritte, 1966.

Logo, as construções se manifestam de diversas maneiras, entre o interior e exterior “*The basic property of man-made places is therefore concentration and enclosure. The “inside” in a full sense, which means that they “gather” what is known. To fulfill this function they have openings which relate to the outside. (only an inside can in fact have opening). Buildings are furthermore related to their environment by resting on the ground and rising towards the sky.*”⁴¹, limitando e “recolhendo” o conhecido, portanto não há ambiente interior sem qualquer referência externa. O caráter⁴² é determinado pela fronteira do interior (chão, parede e teto), exterior (solo, horizonte e céu) e as aberturas (objetos de transição).

“Its however a window, an opening which makes us experience the inside as a complement to the outside”⁴³
que possibilitam a similaridades entre natureza e lugares feitos pelo homem “*This is indicated by the vesper bell, which is heard everywhere, and makes the “private” inside become part of a comprehensive, “public” totality.*”⁴⁴

Portanto, “a parede entre o interior e exterior”⁴⁵ determina o caráter do ambiente urbano. Notoriamente, o espaço interior tem a essência do lugar, como Noberg-Schulz afirma que “o ambiente é vivido como portador de significado”, e nele há significados e identidade mesmo que não seja necessariamente para ser habitável, o espaço transfigura-se em lugar na condição em que ele é ocupado pelo homem, física ou simbolicamente. O espaço externo deve ter esses mesmos elementos para que possa ser apropriado pelas pessoas, ter um sentido de habitar, pertencer, como o autor aponta: orientação (onde) e identificação (como). O espaço de transição carrega consigo parte dessa atmosfera e essência, tanto íntima como pública portanto cria uma qualidade ambiental que a distingue do espaço externo e interno, nele pode haver o mesmo sentido, ou em maior grau de habitar que o espaço externo, e igual ou menor grau que o espaço interno.

⁴¹ Idem, 1979. Tradução própria: “A propriedade básica dos lugares feitos pelo homem é a concentração e aclaramento. O “interior” num sentido pleno, o que significa que o “recolher” o que é conhecido. Para cumprir esta função, têm aberturas que se relacionam com o exterior. (só o “interior” pode de facto ter abertura). Os edifícios estão ainda mais relacionados com o seu ambiente, descansando no chão e elevando-se em direção ao céu.”.

⁴² O caráter é o conceito mais geral e concreto do “espaço”. Christian Norberg-Schulz, 1979, p.14.

⁴³ Ibidem, 1979, p. 8-9. Tradução própria: “Mas há uma janela, a abertura que nos faz sentir o interior como complemento do exterior.”.

⁴⁴ Idem, 1979. Tradução própria: “Está indicado pelo sino da véspera, que se ouve em todo o lado, e faz com que o “privado” interior se torne parte de uma totalidade abrangente, “pública”.

⁴⁵ Robert Venturi, “*Complexity and Contradiction in Architecture*”, 1992, p.67. Citado por Christian Norberg-Schulz, 1979, p.14, de forma equivocada já que em “*Learning From Las Vegas*” de 1972, Venturi mostra seu interesse na superfície, “galpão decorado”, mais do que em questões espaciais, ou lugares delimitados.

O LUGAR INTERMEDIÁRIO

O local primário de transição tanto do eu privado para o eu público e vice-versa é o lugar intermediário, definido por uma área fechada ou um espaço, contido e delimitado por elementos envolventes, também considerado um estado ou situação intermediária entre duas áreas ou regiões adjacentes. Difere o interno do externo, onde ocorre o atravessamento entre ambos, e os percursos paralelos ao limite, onde amigos e clientes são recebidos e se despedem, onde as identidades são construídas (saguão de entrada, porta da frente, jardim da frente), onde as mercadorias são exibidas e trocadas (a vitrine), onde a atividade social ocorre no espaço intersticial (a varanda da frente, refeições ao ar livre), onde a segurança é estabelecida tanto com limites quanto com vigilância passiva. O espaço intermediário pode atualizar, expressar e dar significado as áreas públicas e privadas através da sua espacialidade e temporalidade. Ele define as características da área urbana da cidade, portanto também pode ser portador de problemas como segregação, interrupção, abandono e etc.

*“Often this “zone” is thought of as an edge, a line on paper without thickness, a wall. But this is altogether wrong (...) When it is properly made, such an edge is a realm between realms: it increases the connection between inside and outside, encourages the formation of groups which cross the boundary, encourages movement which starts on one side and ends on the other, and allows activity to be either on, or in the boundary itself.”*⁴⁶

Portanto o limite esta diretamente proporcional de como aquele ambiente será vivido, tanto externo como interno. Whyte⁴⁷ considera que as bordas são o local onde as pessoas preferiam estar, e estavam dispostas a encontrar-se. Carmona⁴⁸, define esse espaço como fachada “ativa”, onde os edifícios alcançam a rua, acrescentando interesse e vitalidade ao domínio público. Gehl⁴⁹ elucida o conceito de bordas suáveis, onde em todos os locais onde as pessoas entram e saem das funções da cidade, ou onde as funções dentro de um edifício podem beneficiar das oportunidades de sair para o exterior, o estabelecimento com boas ligações entre o interior e o exterior. terno deve ter esses mesmos elementos para que possa ser apropriado pelas pessoas, ter um sentido de habitar, pertencer, como o autor aponta: orientação (onde) e identificação (como). O espaço de transição carrega consigo parte dessa atmosfera e essência, tanto íntima como pública portanto cria uma qualidade ambiental que a distingue do espaço externo e interno, nele pode haver o mesmo sentido, ou em maior grau de habitar que o espaço externo, e igual ou menor grau que o espaço interno.

⁴⁶ Christopher Alexander, “A Pattern Language”, 1977, p. 753-799. Tradução própria: “Muitas vezes esta “zona” é pensada como uma borda, uma linha sobre papel sem espessura, uma parede. Mas isto é totalmente errado (...) quando é feita corretamente, tal borda é um reino entre reinos: aumenta a conexão entre o interior e o exterior, incentiva a formação de grupos que cruzam a fronteira, incentiva o movimento que começa de um lado e termina do outro, e permite que a atividade esteja ou sobre, ou na própria fronteira.”

⁴⁷ William Whyte, “The social life of small urban spaces”, 2001.

⁴⁸ Matthew Carmona, “Public Places, Urban Spaces”, 2003, p.173.

⁴⁹ Jan Gehl, “Life between buildings: using public space”, 2011, p.191.



Fig10. Het Straatje (The little street), Johannes Vermeer, Amsterdam ,1657-1658.

Constatamos que o espaço intermediário é a simplificação das relações dos espaços públicos e privados, manifestada fisicamente, um conjunto de relações e um complexo balanço entre dois espaços opostos, essencial para o funcionamento da cidade como dos os ambientes internos. Este espaço não se enquadra como urbano ou como privado, as vezes como uma parte da cidade em que não nos sentimos nela ou uma área privada cedida pra a cidade, visto que é um ambiente que contem características de ambos. Essa polarização entre os setores, não da abertura para flexibilização do espaço, uma vez que esse ambiente intermediário que proporciona as intersecções dos diferentes níveis entre esses polos. Já que comporta atributos urbano e privado, sua capacidade de abrigar atividades, também pode questionar o que designamos práticas de um e outro. E a questão se torna mais complexa por meio da proliferação de espaços que promovem a segregação espacial, os shoppings centers, mega estacionamentos, condomínios residenciais e de negócios fechados, e assim por diante, são áreas que ignoram geralmente as áreas intermediárias, com o minimo de contato possível com o urbano, muitas vezes usando somente entradas de carro como sua ligação.

Para Bentley et al.⁵⁰ “*To increase robustness, the edge between buildings and public space must be designed to enable a range of indoor private activities to co-exist in close physical proximity with a range of outdoor public activities. This has a variety of design implications, depending both on the building activities concerned, and on the nature of the activities in the public space.*”⁵¹

Portanto a borda se adapta ao seu meio, se a atividade do edifício se beneficia com o espaço publico, seu limite deve permitir essa realização, quando é necessário privacidade, a borda preserva essa necessidade, por distancia horizontal e/ou mudança de nível. Quando há uma intensa atividade publica, maior é a proporção de limite para a área do espaço, e maiores serão as oportunidades. A sensação de refúgio pode ser aumentada através de um limite de construção recuada, para Bentley. O lugar intermediário articula a estrutura das formas, atividades, significados, e também pode moldar o comportamento dos usuários, sua configuração não está isolada, está sempre em comunhão com o contexto e a vida ali presente, logo estabelecer esse espaço como definido ou estável, é não reconhecer sua natureza mutável, Delgado⁵² conceitua como estruturas líquidas, que confrontam o espaço construído, que delinea o limite constantemente consoante a complexa vida urbana.

“*Toda lo que en una ciudad puede ser vista flotando en su superficie. El objeto de la antropología urbana serían estructuras líquidas, ejes que organizan la vida social entorno a ellos, pero que raras veces son instituciones estables, sino una pauta de fluctuaciones, ondas, intermitencias, cadencias irregulares, confluencias, encontronazos...*”⁵³

⁵⁰ Ian Bentley, “*Responsive Environments*”, 1985.

⁵¹ Idem, 1985, p.69. Tradução própria: “Para aumentar a robustez, o limite entre os edificios e o espaço público deve ser concebido de modo a permitir a coexistência de uma série de atividades privadas interiores em estreita proximidade fisica com uma série de atividades públicas exteriores. Isto tem uma variedade de implicações de concepção, dependendo tanto das atividades dos edificios em questão, como da natureza das atividades no espaço público.”

⁵² Manuel Delgado, “*El animal público*”, 1999.

⁵³ Idem, 1999, p.26. Tradução própria: “Tudo numa cidade pode ser visto a flutuar na sua superficie. O objecto da antropologia urbana seriam estruturas líquidas, eixos que organizam a vida social à sua volta, mas que raramente são instituições estáveis, mas um padrão de flutuações, ondas, intermitências, cadências irregulares, confluências, encontros...”

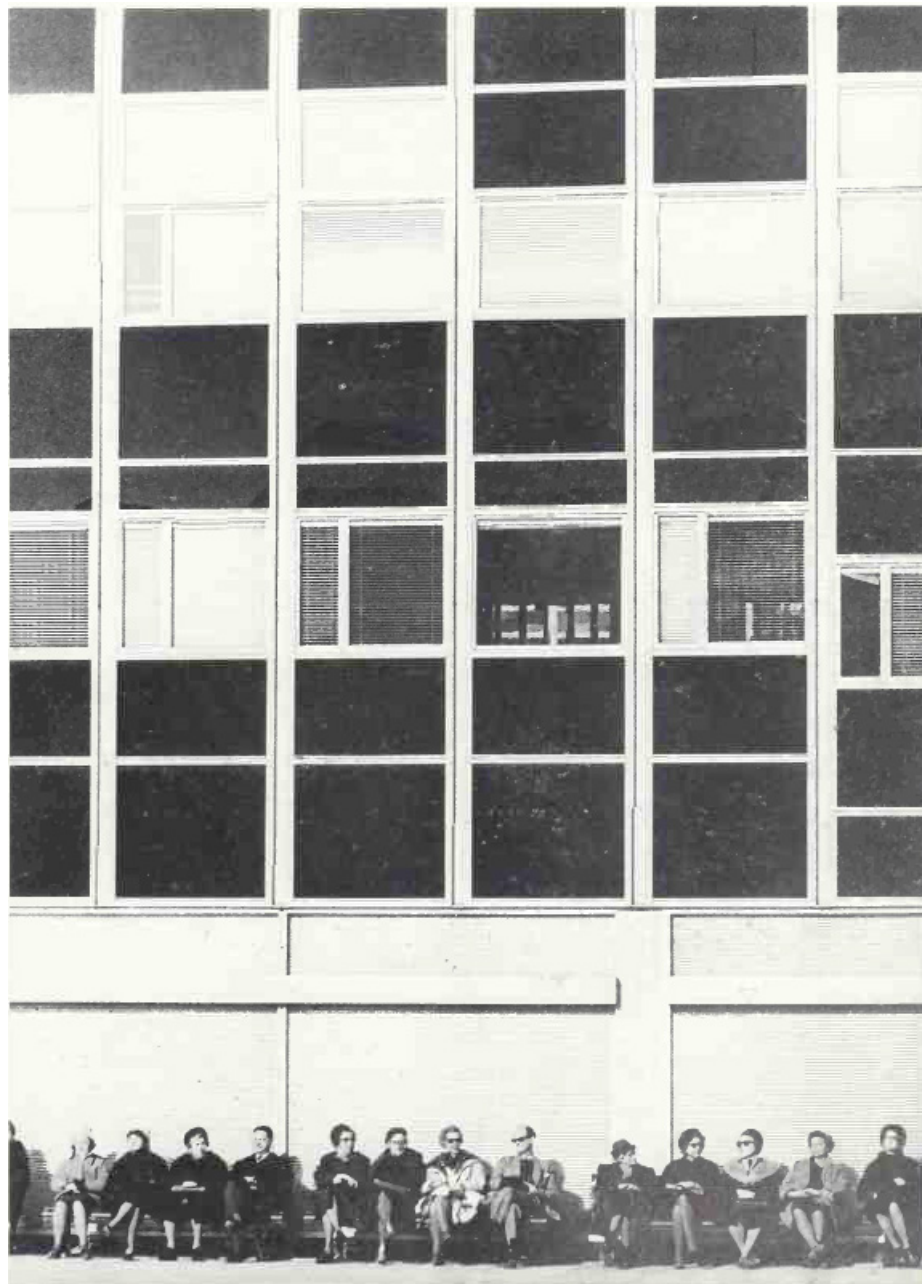


Fig.11 *The concept of dwelling*, Christian Norberg-Schulz, 1985, p.135.

A PERCEPÇÃO DA TRANSIÇÃO

“Perhaps the boldest contribution of orthodox Modern architecture was its so-called flowing space, which was used to achieve the continuity of inside and outside.”⁵⁴

O termo transição, é bastante vasto e pode ser usado para diversas situações, aqui neste trabalho, falaremos do espaço de transição, uma vez estudado pelo filósofo francês Merleau-Ponty⁵⁵, que observa o fenômeno através do decorrer espaço e tempo, pelos parâmetros de simultaneidade, coexistência e sucessão.

*“...indefinite multiplicity of positions and instants to be introduced, the act of transition itself still cannot be conceived within an identical moving object, for this transition is always between two instants or two positions, no matter how proximate the ones we choose are.”*⁵⁶

Portanto nunca existe a mesma percepção de transição. O espaço intermediário é uma rede de intencionalidades, reter ou direcionar fluxos, que pode dar-se entre lugares, formas, volumes ou elementos distintos e as consequências da sua configuração pode gerar urbanidade, ou seja, um espaço acolhedor, convidativo, oposto de um lugar inóspito, segundo Alexander et al.⁵⁷ a experiência de entrar num edifício influencia a forma como se sente no interior do mesmo. Se a transição for demasiado brusca, não há sensação de chegada, e o interior do edifício não consegue ser um “santuário” interior. Enquanto as pessoas estão na rua, praticam um “comportamento de rua e de multidão”, fechadas, tensas e distantes, a transição deve, como efeito, eliminar essa conduta.

As mudanças físicas - e sobretudo a mudança de visão - que criam a transição psicológica na mente, é a soma de alguns fatores que devem ser levados em conta para que os espaços transitórios sejam efetivos, a permeabilidade, mudança de direções, passagem, sombra, níveis, materialidade, dimensão do espaço, usos e relação entre o espaço público e privado, que é percebido pelos sentidos, através de múltiplos elementos: cor, tamanho, forma, profundidade, movimento, localização, som, cheiro, entre outros.

Henri Focillon⁵⁸ aborda dois preceitos para análise desse espaço: o limite e o ambiente, o primeiro como o contraponto da forma, que limita sua expansão, o segundo como um sistema de interação com o vazio. Os espaços de transição surgem por meio do desenho arquitetônico, e que sejam indicadas fisicamente, mas ao mesmo tempo é importante que a indicação não seja uma demarcação tão firme que impeça contato com o mundo exterior, e criar uma experiência do atravessamento. Para que a continuidade espacial possa desenvolver-se, a paisagem circundante tem papel fundamental no desenvolvimento dos espaços de transição, tanto interno quanto externo, como dosador ou adequador. A relação do pavimento térreo com as ruas adjacentes e dos edifícios próximos, o prolongamento da vida urbana para com os espaços internos, e as funções ali dispostas, geram tensão entre a arquitetura e a cidade.

⁵⁴ Robert Venturi, “*Complexity and Contradiction in Architecture*”, 1992, p.67. Tradução própria: “Talvez a mais audaciosa contribuição da arquitetura moderna ortodoxa seja seu chamado espaço fluente, usado para realizar a continuidade de interior e exterior.”

⁵⁵ Maurice Merleau-Ponty, “*Phenomenology of Perception*”, 2012.

⁵⁶ Idem, 2012, p.281. Tradução própria: “... introdução de uma multiplicidade indefinida de posições e instantes, o próprio ato de transição ainda não pode ser concebido dentro de um objeto móvel idêntico, pois essa transição é sempre entre dois instantes ou duas posições, não importa quão próximos são aqueles que escolhemos.”

⁵⁷ Christopher Alexander, “*A Pattern Language*”, 1977, p. 549.

⁵⁸ Henri Focillon, “*The life of Forms in Art*”, 1992, p.74.

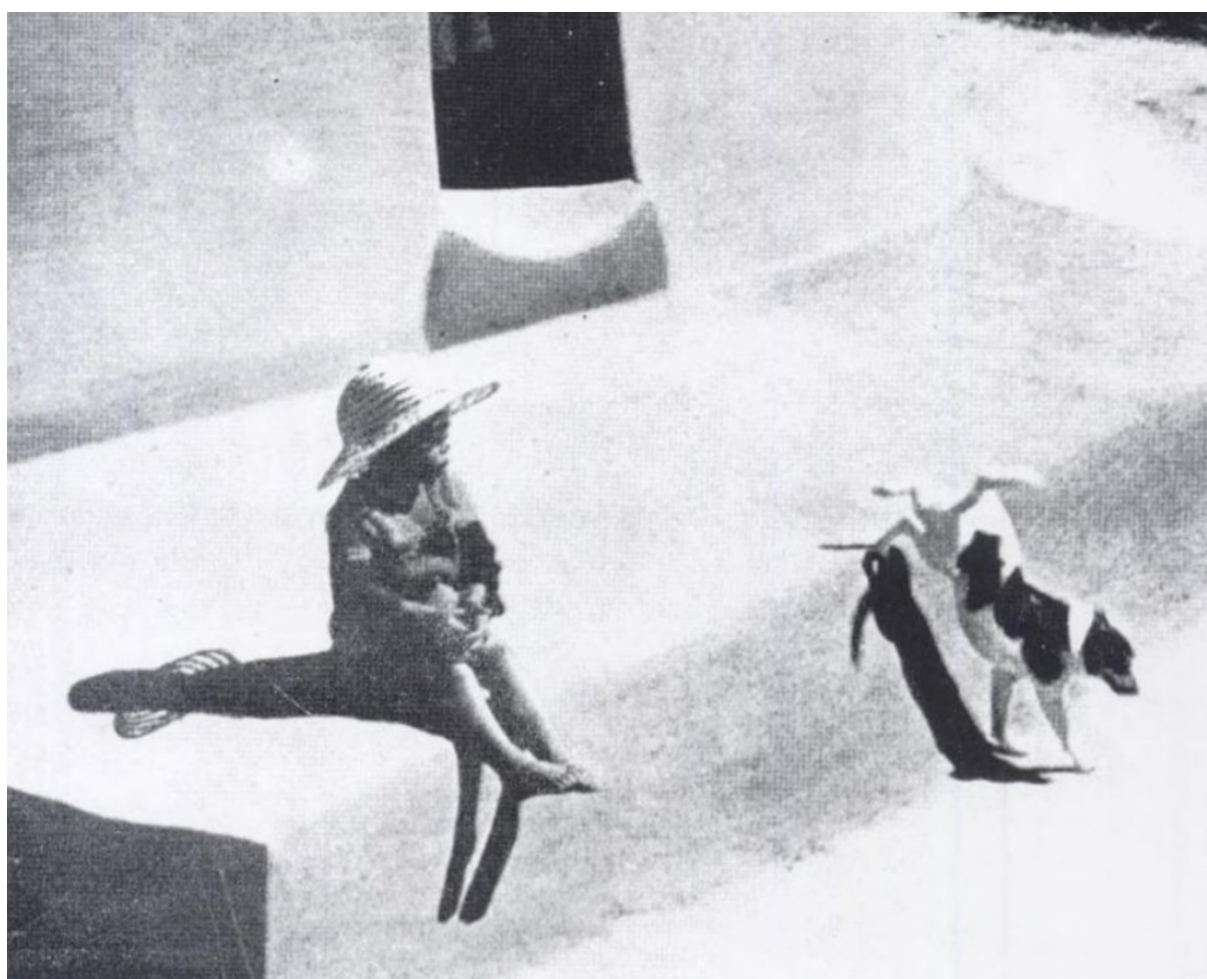


Fig.12 Fig. Título desconhecido, Ernst Haas, Greece, 1952.

MORFOLOGIA DO INTERMÉDIO

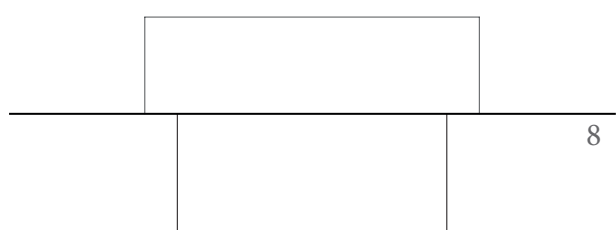
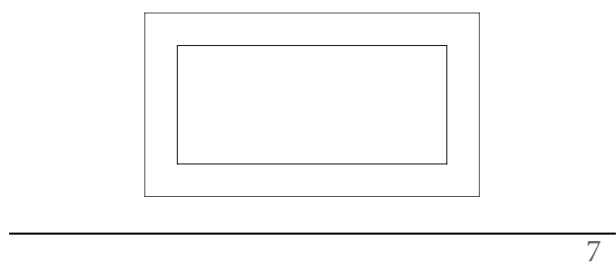
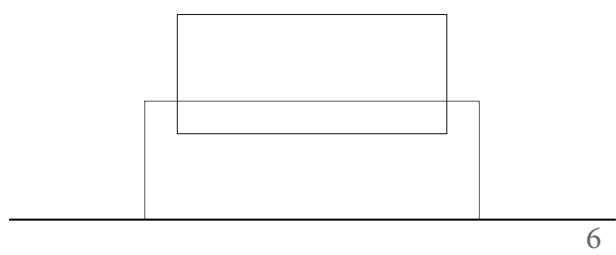
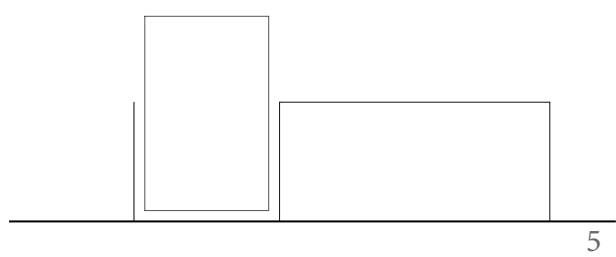
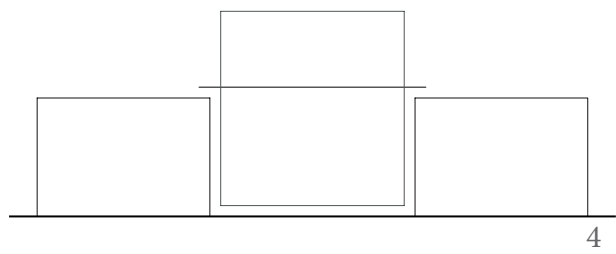
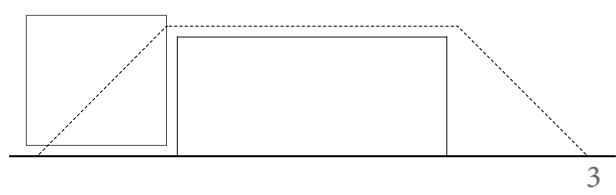
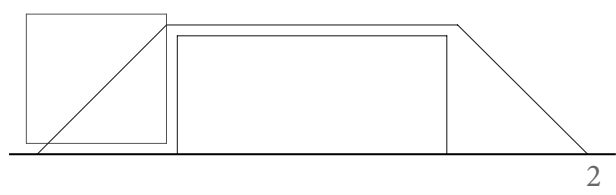
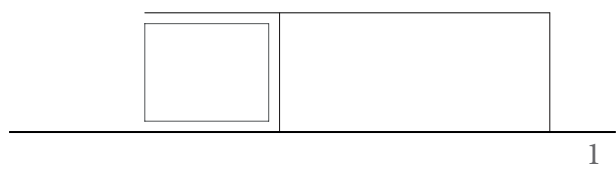
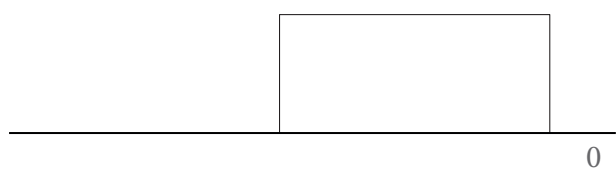
Nenhum edifício é uma ilha e, no contexto da cidade, a arquitetura toma forma em relação à rua. Tratamentos de arcadas e fachadas, luminárias e vitrines, restrições de altura e recuos: cada um deles medeia como os edifícios interagem com as ruas como espaços de exibição visual e sociabilidade pública. Mais recentemente, a construção de viadutos e sistemas de transporte subterrâneo transformou ruas em armaduras espaciais cada vez mais complexas, as ruas servem como as zonas liminares pelas quais a forma arquitetônica e o simbolismo se encontram com as contingências da vida urbana.

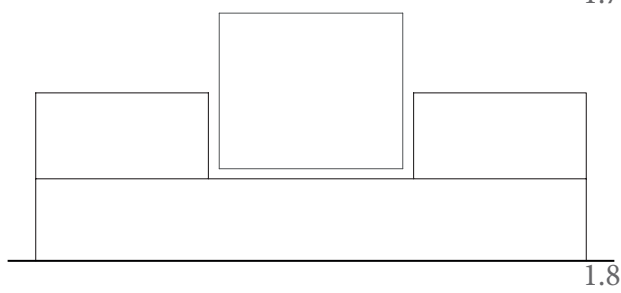
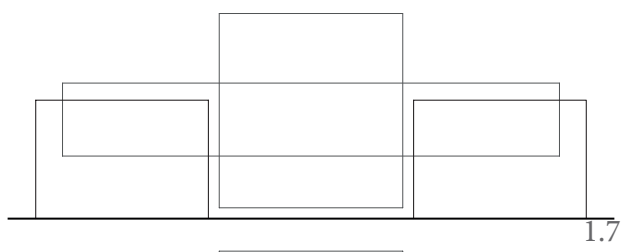
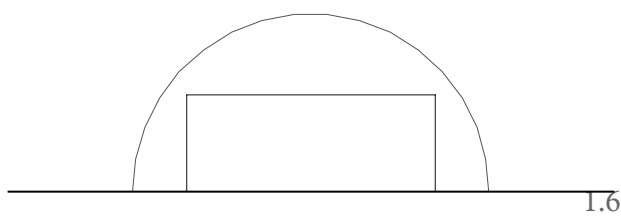
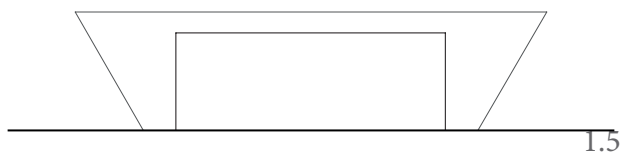
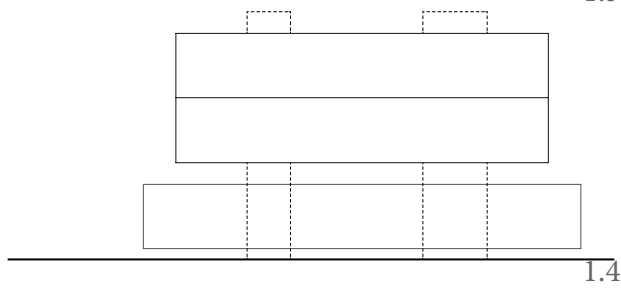
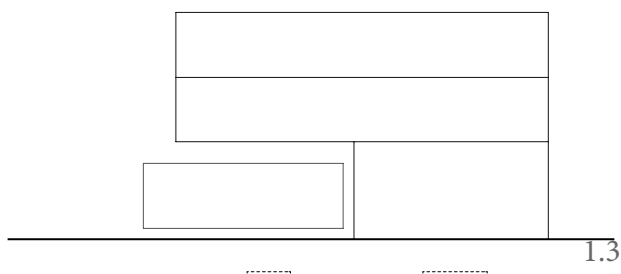
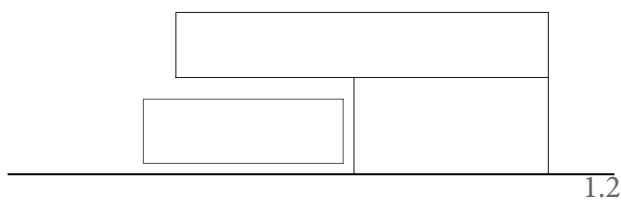
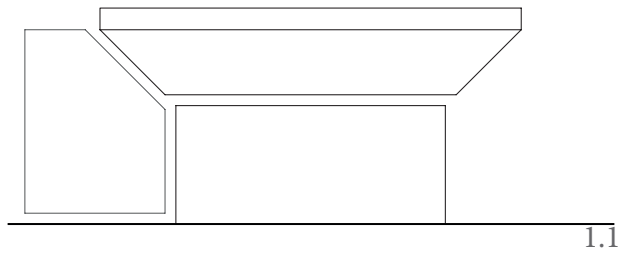
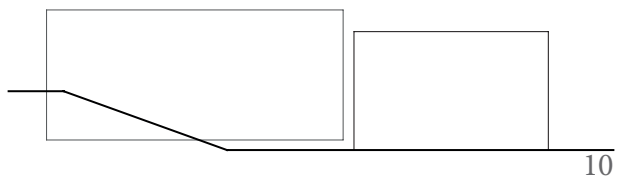
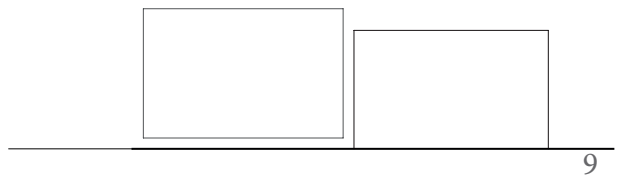
Embora em termos sociais os significados de espaço “público” e “privado” podem ser questionáveis, nosso foco está em como essa interface se relaciona e suas características. *“If everywhere were accessible to everybody, physically or visually, there would be no privacy. For this capacity to flourish, both public places and private ones are necessary.(...) Of course, public and private places cannot work independently. They are complementary, and people need access across the interface between them. Indeed, this interplay between public and private gives people another major source of richness and choice.”*⁵⁹

Ao estudar os espaços de transição, Djamel⁶⁰ desenvolveu desenhos para compreender e classificar esses espaços, a intenção não é conceber uma lista fechada de situações, mas sim estudar hipóteses e o contato entre a transição e arquitetura, e suas complexidades e ambigüidades.

⁵⁹ Ian Bentley, *“Responsive Environments”*, 1985, p.12. Tradução própria: “Se em toda a parte fosse acessível a todos, física ou visualmente, não haveria privacidade. (...) Evidentemente, os lugares públicos e privados não podem trabalhar de forma independente. São complementares, e as pessoas precisam de acesso através da interface entre eles. De facto, esta interacção entre o público e o privado dá às pessoas outra grande fonte de riqueza e escolha.”

⁶⁰ Kara Djamel, *“L’entre deux et l’espace transicional de l’enveloppe architecturale.”*





Legenda:

Tipo 0 - Não existe zona transitória; o cenário se define pelo limite da construção

Tipo 1 - A cobertura projeta-se para criar um espaço exterior a construção.

Tipo 2 - A cobertura prolonga-se para criar um envelope ao redor da construção, para criar um espaço externo para a construção.

Tipo 3 - A cobertura prolonga-se para criar um envelope ao redor da construção, em que cria uma espessura ou desenvolve um espaço externo

Tipo 4 - Um espaço de transição entre duas construções, através de pátio, coberto ou não.

Tipo 5 - Uma divisão no limite do terreno para definir um espaço ou para proteção.

Tipo 6 - Uma fase e o chão são considerados como envelopes (prolongamento da arquitetura), criando um espaço entre o interior e exterior.

Tipo 7 - Uma materialidade imprecisa cria um espaçamento entre edifício e o lado de fora.

Tipo 8 - O edifício é invisível. O envelope joga com a topografia para se fundir completamente com o sítio.

Tipo 9 - O edifício está refletido mais além pela água ou algum material reflexivo. A rua se torna o espaço entre dois.

Tipo 10- Um desnível cria um espaço intermediário entre o edifício e o exterior

Essas 10 tipologias não representam todas as variáveis possíveis para os espaços de transição, são casos de estudo de Kara Djamel, como ponto de partida para assimilação dessa configuração de espaço. Complementando seus exemplos com tipologias um pouco mais complexas:

Tipo 1.1 - Identificamos a morfologia de beiral, marquise ou a demarcação de um pórtico. Sendo esse exemplo mais fácil de ser distinguível, o qual podemos estudar casos que usam diversas inclinações para definir esse espaço.

Tipo 1.2 - 1.3 - São tipologias semelhantes que pelo recuo do piso térreo e a variações que se possam ter, através da dimensão do balanço.

Tipo 1.4 - Suspensão total do volume, possibilitando um vão, como MASP projetado por L. B. Bardi em São Paulo.

Tipo 1.5 - 1.6 - Existe um envoltório, que possa ter inúmeras formas, que determinam o espaço transitório, podendo ser usado como espaço externo ou interno, como o exemplo do Teatro Marinsky II, em São Petersburgo, por Dominique Perrault.

Tipo 1.7 - 1.8 - O modelo de praça ou pátio, que pode-se ter uma cobertura entre elas como o exemplo do Pavilhão de Portugal por A. Siza, em Lisboa, seria uma comunicação do espaço público.

PERMEABILIDADE

No contato entre o tecido urbano e edificações, está o espaço de transição, que por vezes pode ser bem concebido ou não. Para que ocorra confluência de forma tênue é necessário que haja integração por ambos, portanto uma área que seja permeável, no sentido de que possa ser atravessado pelo ar, pela luz, etc, que se deixa ser influenciado, que é flexível, portanto uma forma urbana e arquitetônica que permita essa interação. Esta característica é correlacionada ao movimento e à capacidade de permear fisicamente e/ou visualmente o espaço. A configuração desse espaço pode ser considerado interno ou externo, bem como caráter público, semi público, semi privado ou privado. A permeabilidade é capaz de introduzir variados graus de correspondência com os elementos construídos, pela acessibilidade, continuidade espacial, passagem ou conectividade, a visibilidade e a percepção, como defende Hertzberger⁶¹. Para que esses espaços permeáveis possam realçar urbanidade é essencial que tenham somadas condições que permitam esse vínculo, principalmente ao que corresponde seu contato com o vazio, o posicionamento dos edifícios e a estrutura de barreiras e acessos para com às ruas, interferem na porção de pessoas que usufruem e o seguimento das atividades deste espaço.

Quando se caminha por um passeio segue-se um eixo paralelo a fachada, que quando abre-se, novos eixos surgem, Le Corbusier presume: “o eixo é talvez a primeira manifestação humana; ele é o meio de toda a ação. A criança em seus primeiros passos busca mover-se ao longo de um eixo, o homem se debatendo em meio a tempestade traça para si próprio um eixo. O arranjo é a gradação de eixos, e assim também a gradação de objetivos, a classificação das intenções”⁶², que se sobrepõem-se, portanto concebendo pontos de intersecção, que são locais de mudança de direção, ou pausa, trazendo interesse para aquele local, algumas quadras permitem o ingresso ao seu interior por meio de um corredor ou de uma passagem ao pavimento térreo do edifício, que não modifica a configuração exterior da quadra. Nesta entrada poderá ter, ou não, uma porta, que quando presente estende uma continuidade do alçado, quanto maior for o número de portas por alçado é menor o percentual de espaços cegos, portanto maior é a ligação entre interiores privados e o espaço aberto público, que esta diretamente proporcional ao número de pessoas que por ali circulam e penetram pelos espaços, portanto a área do pavimento térreo deve ser reduzida, ser mais estreita, para que haja mais portas. Os usos que demandam mais área devem ser situados no andar superior⁶³. A permeabilidade também pode ser realizada por uma “fenda” entre edifícios, à medida que esse espaço tenha um tamanho suficiente para ter uma relação visual mais direta

entre os espaços, internos e externos , é considerado uma “ abertura”⁶⁴, que permite a continuidade espacial, que se prolonga para o interior dos edifícios, a vida urbana que acontecia fora, nos espaços públicos passa a ocorrer dentro da quadra, e não só no seu limite, interrompendo a homogeneidade da malha, inserindo pluralidade, riqueza espacial e contraste.

Esta interação também é sinônimo de porosidade, que possibilita o surgimento de novos trajetos pelo interior das quadras e contribui para a vinculação entre espaços urbanos, gerando outros lugares públicos, pelas palavras de Argan⁶⁵ “*L'edificio non interrompe il movimento della città, l'architettura non ferma e segrega, ma filtra e intensifica la vita*”⁶⁶, quadras permeáveis que variam a densidade da malha urbana, adicionando novos percursos, unindo a vivência privada e a vivência coletiva.

⁶¹ Herman Hertzberger, “*Lessons for students in architecture*”, 1991, p.20.

⁶² Le Corbusier, “*Towards a New Architecture*”, London: J. Rodker, 1931, p.187

⁶³ Ian Bentley, “*Responsive Environments*”, 1985, p.16.

⁶⁴ Idem, 1985, p.17.

⁶⁵ Giulio Argan, “*L'Arte Moderna*”, 1992.

⁶⁶ Idem, 1992, p. 73. Tradução própria: “O edifício não interrompe o movimento da cidade, a arquitetura não fecha nem segrega, e sim filtra e intensifica a vida.”

ABERTURA A PAISAGEM

“Contact through experience between what is taking place in the public environment and what is taking place in the adjacent residences, shops, factories, workshops, and communal buildings can provide a marked extension and enrichment of possibilities for experiences, in both directions.”⁶⁷

A permeabilidade não tem necessidade de ser física, a visibilidade que é a capacidade de alcance visual que temos com os espaços, pode contribuir e gerar ocupação do espaço público e reforçar a vitalidade através de seu contato e tomadas de decisões, por três razões. A primeira seria a descoberta da existência de um local, obviamente há outras formas de encontrar um novo espaço, mas para aqueles não familiarizados com a região, a visibilidade torna essencial. Nesta mesma linha, a segunda é perceber o que se sucede, depois de encontrar uma nova área é entender o tipo de uso, pessoas que frequentam, o caráter público ou privado. A terceira é promover segurança, o contato visual entre as pessoas do lado externo e interno propicia a sensação de estar protegido e próximos, logo dispõe da eventualidade de interação passiva ou ativa entre ambos como afirma Gehl⁶⁷.

É definida por limites naturais ou artificiais, pela geometria das aberturas, passagens e iluminação, entre outros elementos. Pode ser obtida por materiais transparentes ou translúcidos, por barreiras físicas ou naturais, como pela geometria das aberturas como *cogobó*, *brise soleil* entre outros. Uma das categorias de qualidade de forma apontada por Lynch é “(...) *the range and penetration of vision, either actually or symbolically*”⁶⁹, e a sua característica insere transparência, como com o uso de vidros ou pilotis, sobreposições, aumento da profundidade, elementos de articulação e concavidades.

⁶⁷ Jan Gehl, “*Life between buildings: using public space*”, 2011, p.149. Tradução própria: “O contato visual entre as pessoas nos edifícios, particularmente nos pisos térreos e no espaço público em frente, é importante para a experiência de intensidade e oportunidades de contato para todos os envolvidos, tanto no interior como no exterior.”

⁶⁸ Idem, 2011.

⁶⁹ Kevin Lynch, “*The image of the city*”, 1960, p.106. Tradução própria: “(...) o alcance e a penetração da visão, quer real ou simbolicamente.”



Fig.13 *National Parliament House of Bangladesh*, Louis Kahn, Cemal Emden, 2010.

ARCADAS

“ Arcades are altruism turned architecture-private given to an entire community”⁷⁰

Ao falar sobre espaços de transição e as diversas formas que se pode advir, a arcada é um dos elementos primários a se pensar no limite entre público e privado o qual provoca certa ambivalência. As arcadas correspondem ao encadeamento de arcos, um contra-empurrando o próximo, sustentado por pilares criando um corredor resguardado de um dos lados, eram originalmente estruturas que funcionavam como coberturas sobre propriedade privada acessível ao público. Lojas, pórticos, colunatas, passeios arborizados ou cobertos e arcos, todos serviram o pedestre, ofereceram proteção do sol, chuva e tráfego. Estas estruturas podem estar ligadas a casas particulares individuais, podem formar uma cadeia contínua (determinando a imagem de uma rua ou cidade inteira, como em Turim, Berna e Bolonha), ou podem estar localizadas num edifício monumental, como num mercado ou local de justiça pública.

As arcadas precedem à arquitetura grega antiga do período helenístico⁷¹, o peristilo do templo era copiado para as passagens ao longo das ruas e praças, constantemente empregada pelos romanos, como no Coliseu ou na Basílica Júlia, que influenciou a arquitetura gótica, onde a arcada sustenta o trifório e o clerestório em uma catedral, ou no exterior, em que regularmente fazem parte das passarelas, que circundam o pátio e os claustros. Mais tarde foram utilizados para alojar os lojas.

Em meios úmidos ou quentes, as arcadas externas abrigam os peões, como nos bazares do Oriente Médio, ou nas Mesquitas. Diversas arcadas medievais comportavam lojas ou barracas, por vezes no próprio corredor criado pela arcada ou na parede posterior, portanto “arcade” é usado não só quando há essa tipologia como para qualquer complexo de estabelecimentos comerciais em uma mesma edificação. No renascimento, as arcadas foram constantemente usadas como traço nas fachadas, como por exemplo, no Ospedale degli Innocenti ou no pátio do Palazzo Bardi, ambos de Filippo Brunelleschi em Florença.

“a concepção de um espaço vazado e permeável, a um tempo protegido e aberto ao exterior. Esta opção tipológica foi, de resto, comum a toda a zona de influência mediterrânica. As laubias, loggeas, perxes ou lonjas tornaram-se, desde o século XIII, um dos mais característicos traços identificativos dos edifícios de gestão concelhia, da Lombardia à Península Ibérica.”⁷²

Com o passar dos séculos este sistema desenvolveu-se para tipologias que vinculam as arcadas no piso térreo e espaços fechados no primeiro piso, possibilitando espaços para reuniões, passagem ou comercialização. As arcadas, hoje, exibem alterações na configuração do edifício sobre pilares, entretanto sem arcos, com pórticos, traz extensões abrigadas para trama urbana.

⁷⁰ Bernard Rudofsky, “*Architecture without architects*”, 1964, p.67. Tradução própria: “As arcadas são altruísmo transformado em arquitetura-privada dada a uma comunidade inteira.”

⁷¹ Johann Friedrich, “*Arcades: The History of a Building Type*”, 1983.

⁷² Luísa Trindade, “Evolução da paisagem urbana”, 2012, p. 217. Braga, ISBN 978-989-97558-7-1.



Fig.14 *Montessori school Delft*, Johan van der Keuken, 1960.

PÁTIOS

“El patio es el declive por el cual se derrama el cielo en la casa.”⁷³

Ao longo da história e em diversas partes do mundo, o patio foi um componente empregado em condições, configurações e cenários, usualmente relacionados ao uso particular: casas, indústrias, meio educacional, religioso, serviços públicos. Assim, encontramos o pátio desde as civilizações pré-urbanas, depois na cidade antiga do mundo greco-latino, no Oriente, especialmente na China onde o patio trazia o equilíbrio entre o espiritual e físico; como em diversas cidades do mundo islâmico, que além de pátios internos, há uma rede de pátios ao longos das ruas como desafogo das estreitas ruas, também em muitas regiões da América Latina, ou em tantos exemplos de arquitetura popular nas margens do Mediterrâneo. Considerando o termo “patio” de um ponto de vista etimológico, há algumas definições nos ajudam a entender esse elemento em geral:

*Páteo: espaço rodeado de muros no acesso a porta de certas casas, o hall, ou anexado ao prédio, ou cercado por outras construções.

* Pátio “do latim *pac* através do *occitano pâtu*”⁷⁴ É uma área aberta localizada dentro do edifício. Na casa, o terraço pode ser usado como um local de interação familiar, fornecendo proteção de segurança e mantendo relacionamentos íntimos.

Entre o final do século XIX e começo do século XX, o patio apareceu no sistema habitacional, no compartilhamento de espaços públicos pelas classes sociais mais vulneráveis, as “vilas operárias”. Devido às mudanças provocadas pela Revolução Industrial e às novas oportunidades de emprego que levaram ao êxodo rural, começaram a surgir modelos de moradia para os trabalhadores em todo o mundo, levando a um aumento desequilibrado na oferta e condições de vida. Foi tema no movimento moderno, resgatado e interpretado na habitação. Seu uso para a organização racional ou apenas como um suplemento, entre as obras de Mies Van der Rohe, Frank Lloyd, Le Corbusier, Alvar Aalto, Jorn Utzon, Luis Barragán, etc.

Vemos o patio aparecer na cultura contemporânea, seja na Itália ou Brasil, como em climas menos favoráveis, na Escandinávia, por exemplo. Nesta perspectiva, são estudadas as contribuições para o tema do pátio que estabelece como mecanismo de projeto para áreas escuras e inutilizáveis do edifício, oferecendo luz, jardins e praças. “*One can best describe them as rooms without ceilings (...) As for the ceiling, there was always the sky in its hundred moods.*”⁷⁵ Os humanos tem a necessidade de estar em proximidade com a natureza, e o patio equivale a esse ambiente pois é frequentemente afetado pelo clima. Já Reis Alves⁷⁶ acredita em cinco fatores que leva o uso do patio:

Espaço psicológico: onde há privacidade, introversão e segurança para as atividades ao ar livre.

Razões econômicas: as cidades eram criadas na forma de criar um único anel, onde haveria maior densidade populacional e ao mesmo

tempo, baixo custo de defesa.

Condições climáticas: o patio proporciona um microclima menos hostil.

Conotação religiosa: de acordo com algumas religiões com o homem e o paraíso terrestre.

Aspecto cultural: particular a suas tradições.

Pela história, o patio, tal qual os demais elemento arquitetônico, altera sua função, configuração, aparência, relevância, por diversas razões, mas sempre de acordo com o tempo e a sociedade em que se encontra. Sua posição no projeto pode-se alterar, ora central, ora periférico, possui fechamentos laterais, fronteiras físicas, a própria estrutura e/ou muros. No entanto, está sempre exposto ao céu e, portanto, de modo direto interage com os elementos da natureza, trazendo iluminação, ventilação, circulação e privacidade.

O patio desvinculado do cenário doméstico ou de prédios particulares, tem atributos suficientes para ser empregado nas cidades, ou nos blocos, principalmente quando existe uma percepção nítida dos limites e entre os vazios e cheios, hierarquia, organização muitas vezes obtida por proporção, simetria e composição.

A transição entre o pátios públicos e semi-publicos com a rua pode dar-se por uma porta, abertura, passagem ou através de um edifício. As variadas funções que o patio pode apresentar é o que torna um ambiente atemporal e tão usado por diversas culturas, é capaz de ser um local de circulação, distribuição como para estar, com atividades esporádicas, inesperadas, espontâneas. Outra propriedade é criar contato entre as construções e espaços adjacentes. Para Louis I. Khan⁷⁷, o patio tem uma direção circular, portando um centro irradiador, independente da sua forma, mesmo reta, ainda sim portam dessa condição.

“De repente entramos na cidade tão silenciosamente como na paisagem através de uma porta [...]. Quando atravessamos a Porta San Giovanni, nos sentimos num pátio e não na rua. Mesmo as praças são pátios e em todas parecemos abrigados”⁷⁸

O patio externo se assemelha com a praça, que mudou seu significado ao longo do tempo, ambas tem funções similares, interação com externo, acessos, mas quanto mais fechada lateralmente mas próxima a praça fica do patio

O “patio urbano” não deve ser simplesmente o espaço que sobra mas sim um componente que pertence ao edifício de forma inerente, um elemento abstrato com diversas simbologias, com capacidade de se adaptar e interagir com diversos meios, controlar hierarquias e caráter, um espaço central.

⁷³ Jorge Luis Borges, “Poesia Completa”, 2007, p.25. Tradução própria: “O pátio é a encosta atrás da qual o céu entra na casa”.

⁷⁴ Pesquisa de palavras em latim, por “ pt.glosbe.com”, acesso janeiro de 2021.

⁷⁵ Christopher Alexander , “A Pattern Language”, 1977, p.766. Tradução própria: “Pode-se descrever os melhor como quartos sem tectos (...) Quanto ao teto, havia sempre o céu nos seus cem estados de espírito.”

⁷⁶ Andre Reis, “Espaços de Transição”, FAU-USP, 214.

⁷⁷ John Lobell, “Between Silence and Light Spirit in the Architecture of Louis I. Kahn”,1985, p.38.

⁷⁸ Walter Benjamin, “Imagens do pensamento”. Obras escolhidas II. São Paulo, Brasiliense, 5ª ed. p.199.



Fig.15 Yaodong, Loess Plateau, sem data.

PASSAGEM

Muitas passagens são chamadas de “corredor”, “galeria”, ou “acesso”. No entanto, todas essas palavras exprimem o mesmo, o carácter transitório deste tipo de sistema, a *passage*⁷⁹ francesa, que foi utilizada já no século XVIII para designar as estreitas ruas privadas que dividiam os interiores de edifícios de maiores dimensões e ligavam ruas. Com base na palavra *passus* a palavra latina para passo, transmite o elemento de movimento, de passagem, beco, trânsito, travessia, ou em francês, o sentido de “*passage de la vie*”. Todos estes significados, quer espacial quer temporal, têm um elemento em comum: expressam transição, passar, medir distancia, mudança, alteração. Na história da Arquitetura, a passagem é sobretudo uma via para pedões, com início e fim, um espaço delimitado ou coberto por um edifício. O modo como se exterioriza para com a rua, sua definição pelo o alçado apresenta o carácter dessa passagem que para Joan Busquets⁸⁰ existe 3 formas: o corredor “*passadís*”, o qual não modifica o aspecto externo do bloco, e por vezes pode conter uma porta, que estabelece arquitetonicamente o começo, mas cria um carácter doméstico. A “fissura” é quando existe um vazio através das edificações que constituem o bloco. E por último a “abertura” que seria uma fissura com dimensões relevantes, o qual traz clara visibilidade na sua extensão, profundidade e correspondência entre a malha urbana. Estas passagens irrigam o tecido urbano, interrompendo a uniformidade, trazendo pluralidade, riqueza espacial e contraste. A maior parte do movimento que se vê nas cidades é o movimento de passagem, pessoas indo e vindo, o que traz vida e segurança para os locais, além de alimentar a economia local.

⁷⁹ Johann Friedrich, “*Arcades: The History of a Building Type*”, 1983.p. 14.

⁸⁰ Arquiteto e urbanista catalão, nascido 1946, investigador sobre o urbanismo, principalmente da cidade de Barcelona.



Fig.16 *Boy with hanging sheets*, Islay Lyons, 1948.

PLANOS

Através de elementos horizontais definimos espaços, delimitando e divergindo de outra superfície, o plano pode aparecer mediante de uma simples demarcação no solo ou por materiais distintos que proporcionam um novo meio. Essa diferença pode ser também atingida recorrendo a níveis, elevado ou rebaixado. Com a finalidade de criar uma superfície que seja percebida, necessita de uma alteração notória na cor, tom ou textura com relação ao envolvente. Esse recurso é usado para estipular um espaço dentro de um contexto maior. Quanto mais marcante for a definição de borda de uma superfície, mais distinto será o seu campo. Embora haja um fluxo contínuo de espaço através dele, o campo gera no entanto uma zona espacial dentro dos seus limites, sendo capaz de ser um elemento de transição. Outra forma de usar os planos é criando uma elevação de um segmento da base, uma área específica dentro de um contexto espacial maior, as alterações de altura que sucedem por toda a extensão dos cantos no plano elevado delineia o contorno do seu campo e interrompe o deslocamento pela sua área. Se o plano erguido possuir o mesmo aspecto da base, ambos pareceram partes do mesmo todo, porém se houver alguma alteração em formato, tonalidade ou textura, será então uma superfície distinta da sua base. Outro aspecto é a continuidade espacial e visual da base com a superfície elevada que depende proporcionalmente com a diferença de altura. Para Ching⁸¹, há três formas de planos elevados:

1. A borda da superfície está devidamente definida: a continuação ocular e espacial é conservada, o acesso físico é naturalmente feito.
2. A comunicação visual permanece: há descontinuidade no fluxo espacial, o acesso requer a utilização de escadas ou rampas.
3. A continuidade visual e espacial é interrompida: o plano erguido é isolado do solo, convertido em um componente de cobertura para os outros pisos assim que atinge altura suficiente para tal. Parte da base é erguida e determina um patamar ou pódio que suporta visual e estruturalmente o formato e a massa de um projeto, pode ser pela própria topografia local ou artificial, para que haja um destaque em seu meio. Esse elemento define uma área transitória entre o externo e o interno, e aliado com uma cobertura, cria-se um meio semi-privado de um alpendre ou varanda. Quando usado para criar zonas singulares de área, comportando novos usos nessa plataforma ou em áreas religiosas para destacar o que é sagrado. Sobre o oposto, as plataformas que descem da base, e isolam-se do seu meio, suas paredes verticais marcam o limite e formam a área, sua geometria e orientação salientam sua identidade. A variação de altura pode interromper a comunicação, mas ainda sim pode manter-se como parcela do todo, quanto maior for a diferença, menor será a relação visual entre os espaços. Para gerar ligação entre as áreas, se faz uma transição escalonada ou em rampa. A medida que se sobe em uma área elevada, pode-se sentir ambiente extrovertido, ou colocar ênfase na importância daquele ambiente, todavia quando se desce, sua natureza é de introspecção, proteção e abrigo. Preservado do vento, som.

⁸¹ Francis D.K.Ching "Architecture: Form, space, & order", 2015.



Fig.17 Steps to Santa Maria Aracoeli Church, Roma, Helbert List 1949.



SOMBRAS

“Light casts a shadow, and the shadow becomes light” ⁸²

Na antiguidade, as divisões internas eram dominadas pelo escuro, pouco iluminadas. Os ambientes em meia-luz eram tidos como seguros, pois a sombra reproduz um espaço de um conforto ancestral, um abrigo resguardado, como nas cavernas primitivas, onde em sua entrada se instalou a área de uso comum humanizando o espaço exterior, com a segurança do espaço interno, resultando um dos primeiros espaços de transição “o homem pré-histórico viveu em cavernas,(...) sobretudo quando eram habitáveis mas que de forma estatisticamente mais do que provada, viveu sempre ao ar livre, (...) as primeiras habitações do homem eram apoios precários contra alguma superfície rochosa”⁸², o perímetro era o local onde havia disponível o encontro da luz e a sombra, então foi estabelecido como local de convívio, adequado para viver.

A sombra usada como ferramenta para proteção climática, excesso de luz, chuva, neve entre outros, como um elemento de conforto passivo, estendendo o limite da instalação humana e gradualmente se integrar ao externo. A sombra como intervalo, uma oportunidade de recomposição.

O arquiteto Álvaro Siza na Expo 98, com seu gesto delicado e monumental projeta uma cobertura de concreto, 70 por 50 metros, com 20 centímetros de espessura, que se apoia em dois edifícios, em frente ao rio Tejo em Lisboa. A cobertura é capaz de gerar uma atmosfera à sombra, um espaço aberto tanto para ação quanto para a introspecção e contemplação.

⁸² Louis I. Kahn, tradução própria: “A luz projeta uma sombra, e a sombra torna-se luz”.

⁸³ Joseph Rykwert, “*On adam's house in paradise: the idea of the primitive hut in architectural*” 2009, p.65.



Fig.18 Expo 98, Lisboa, Eduardo Aigner.

MARQUISE

A marquise vem do francês, a esposa do marquês, ou grande toldo usado nas tendas dos oficiais. Em Portugal trata-se de uma área de serviço envidraçada, para proteção climática -vento e frio-, já no Brasil é uma cobertura que se projeta do alçado, em balanço ou não, também para proteção climática -sol e chuva-.

Usando a denotação brasileira, ou como o alpendre português, a marquise é um elemento arquitetônico de cobertura, geralmente sob os acessos, como extensão do telhado ou independente, lateralmente aberta, a qual concede uma ligação gradual entre as áreas internas e externas ou edificações, resguarda os usuários da incidência do sol, chuva ou neve.

De acordo com Nilson Ghirardello⁸⁴, há uma classificação de marquises, conforme seu tipo de material, forma, apoio, características e uso: Marquises de Proteção: é a que mais corresponde com a sua designação comum, uma estrutura em balanço, muitas vezes no alinhamento do lote, seguindo toda a fachada, protege os pedestre e a própria edificação, similar ao antigo beiral, usada também para separar o térreo do restante do edifício, e em lojas comerciais, como artifício para criar melhor visão do interior.

Marquises de Acesso: é mais restrita, pois é usada como cobertura para demarcar a entrada do edifício, como transição entre o passeio público e o íntimo privado, uma aproximação entre o interno e o externo.

Marquises de Ligação: componente arquitetônico que protege, cobre e ao mesmo tempo aberto a paisagem, frequentemente usado em espaços amplos, comunica edificações que são componentes do mesmo conjunto arquitetônico.

Marquises de Delimitação: elemento de contorno, abrigo, que delimita determinada área. Para o autor é a única marquise que não contém função estabelecida, é mais usada como componente de composição e organização.

A marquise do Parque Ibirapuera em São Paulo, traçada por Oscar Niemeyer em 1951, com 600 metros de dimensão, interliga de forma orgânica os edifícios do parque, o prédio da Bienal, a “Oca”, o museu AfroBrasil, PRODAM e em sua extensão abriga o Museu de Arte Moderna, e restaurantes e cafés. “O espaço criado sob essa marquise

é um imenso vazio entre edificações cujos conteúdos, funções, preestabelecidos determinam, sugerem, condicionam usos, significados e sentidos. Apesar de ter sido pensada como uma grande cobertura para as pessoas que circulam de um prédio ao outro, esse espaço, entretanto, não é meramente um complemento desses outros espaços circundantes, pois o funcionamento desses dá-se de forma completamente independente de sua existência ou não.”⁸⁵

A marquise tornou-se o coração do parque, estrutura, liga ao mesmo tempo que é ambíguo e independente “esse espaço é capaz de potencializar ações e acontecimentos inesperado, por vezes, sem qualquer relação com os usos “dominantes” das edificações ao redor.”⁸⁶

A sua “independência” dos demais edifícios provém da sua flexibilidade plástica, sua proteção nos dias de chuva ou potente sol, sua abertura à paisagem, sua democracia no uso. Normal passar por lá e presenciar os diversos usos, ponto de encontro, piqueniques, crianças aprendendo a usar a bicicleta, grupo do teatro a ensaiar, alunos fazendo uma pausa entre museus, exposições abertas, ginástica, entre tantas outras.

⁸⁴ Nilson Ghirardello, “Marquises Modernas”, 2010.

⁸⁵ Igor Guatelli, “A marquise do Parque Ibirapuera e manifestação do conceito derridiano “entre”: arquitetura como suporte de ações”, 2006. Arquitextos, acesso janeiro 2021.

⁸⁶ Idem, 2006.



Fig.19 Marquise do Ibirapuera, São Paulo, Werner Haberkorn, 1960.

MEMÓRIA

Para compreender os espaços de transição é necessário estudar sua memória e os fatores que contribuíram para o seu desenho. Neste trabalho focaremos brevemente em Chelas, sua história, planos urbanos, geografia e sociologia.

A partir do século XII, a seguir a reconquista de Lisboa e suas proximidades, D. Afonso Henriques fez doações de terras às ordens militares e religiosas, Chelas foi entregue ao Bispo e ao Cabido da Sé de Lisboa. Com o tempo, a região foi fracionada e adquirida pela aristocracia portuguesa e convertida em nobres quintas ou campos para a agricultura. Por décadas, o seu cais foi de caráter industrial.

A seguir ao terramoto em 1755, as quintas nobres foram desocupadas e por consequência fábricas ocuparam a região, voltadas para estam-
paria de chita. Com o fim das ordens religiosas e a implantação ferro-
viária, em 1856, a industrialização próspera por quase uma década.



Fig.20 A antiga Fábrica de Tabacos de Xabregas, Óleo sob tela, João Pedrozo



Fig.21 A Ponte de Xabregas e a linha de Caminhos de Ferro de Leste, no Archivo Pittorescode 1857.

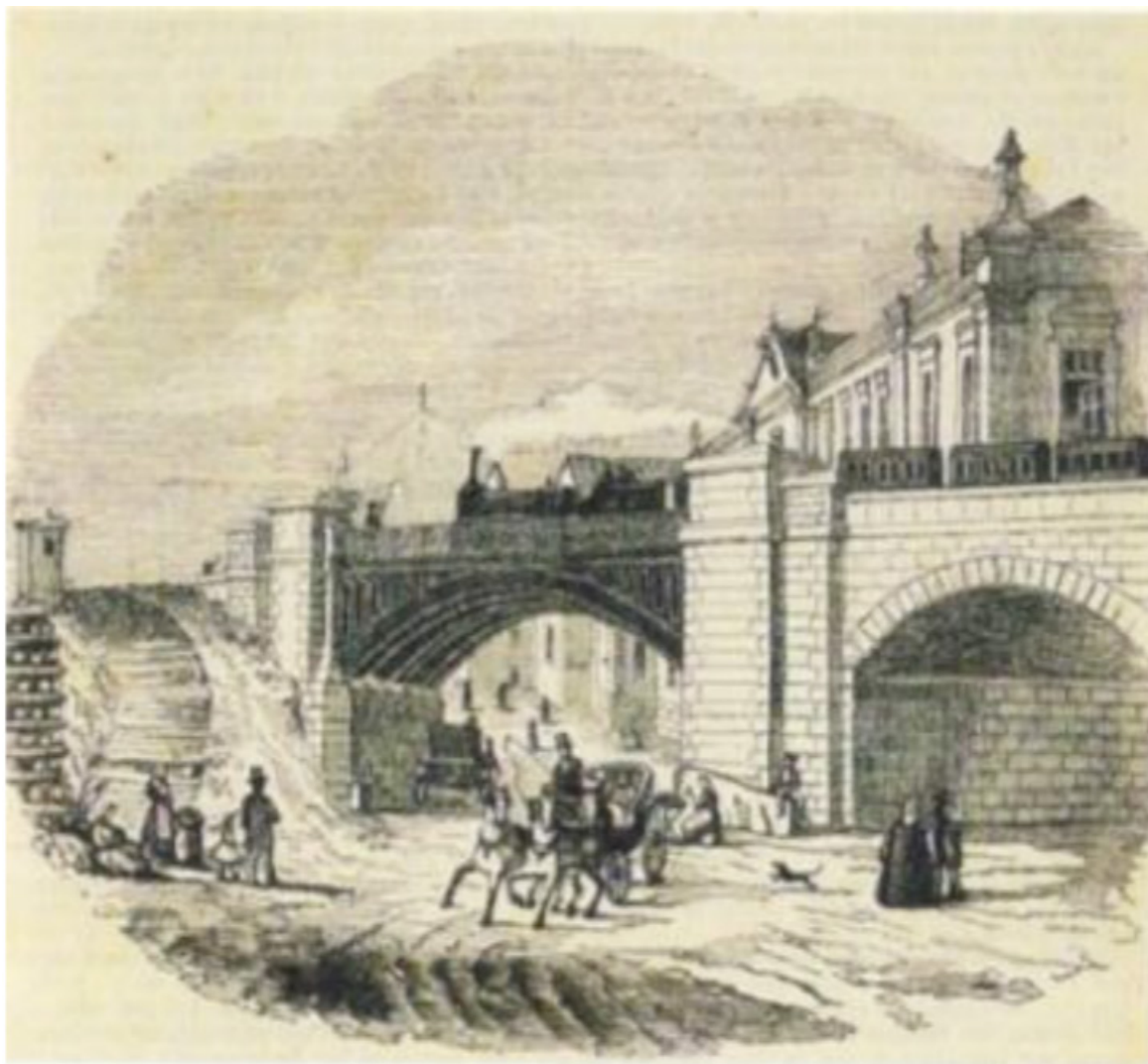


Fig. 22 A Ponte de Xabregas e a linha de Caminhos de Ferro de Leste, no Archivo Pittoresco de 1857.

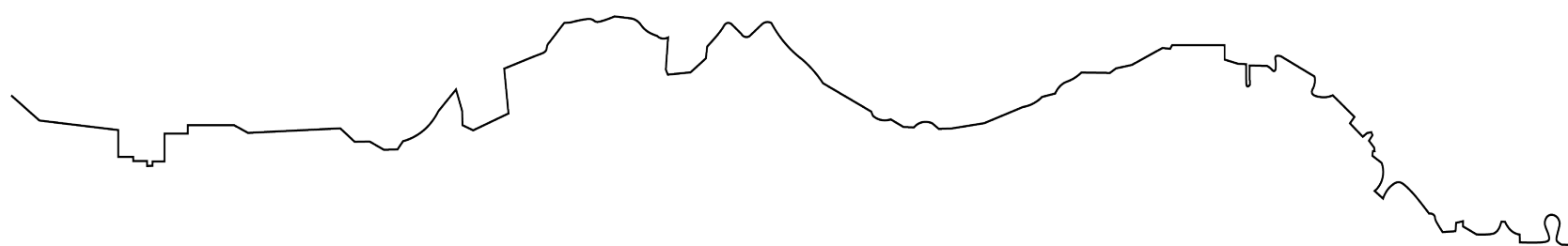


Fig.23 Convento de Chelas, Lisboa, séc. XIX. Archivo Pittoreco, vol. XIV, 1864.

NOQUE DE BRAGANÇA

This is a historical map of the Rio de Janeiro region, showing the bay, surrounding hills, and numerous settlements. The map is labeled with various place names in Portuguese, including 'Rio de Janeiro', 'Cidade do Rio de Janeiro', 'Cidade de São Paulo', and 'Cidade de Minas Gerais'. It also shows the 'Baía de Guanabara' and the 'Cidade de São Paulo'. A compass rose is located in the bottom right corner, and a scale bar is at the bottom center.

Fig.24 Mapa de topografia da linha de defesa da cidade de Lisboa, 1835.





URBANIZAÇÃO DA REGIÃO DE CHELAS

Com aumento populacional em Lisboa, que antes era um núcleo compacto, que começou a se ampliar de forma linear, desde o começo do séc.XX. Este crescimento paralelo, comprometeu o sistema viário, ocasionando deficit de equipamentos sociais e alterando as funções tradicionais de certas zonas de Lisboa. As grandes companhias começaram a fixar as suas sedes em pontos distintos da cidade, dando dispersão das funções até então concentradas no núcleo antigo. Ao invés de se expandir de forma estruturada do centro tradicional, ou na criação de novos centros, pulverizaram os pontos de atração, arbitrariamente pela cidade, abalando as estruturas e impossibilitando o desenvolvimento ou a adoção de um esquema viário conexo entre habitação e fontes de trabalho. A Zona Oriente pelo seu carácter predominantemente rural, industrial e seus edificios abandonados foi eleita como território para novas urbanizações, os planos de Olivais e Chelas pretendiam completar a expansão, fixar-se numa estrutura base que coordenasse o problema de integração desta grande área urbana de forma a fazê-la participar de um todo, que pudesse se desenvolver diferente, mas interligada com áreas antigas. Chelas, pela topografia, impedia essa ligação, dividido em duas unidades de malhas geografias: vales menores compartimentados e duas encostas com pendentes para o rio e na sua cota mais elevadas nas cristas sobranceiras ao vale central e ao vale da avenida Gago Coutinho. As depressões, se encontram nas linhas de água, as bacias hidrográficas do vale central e do vale ocupado pelo caminho de ferro, segue ate Xabregas, com cotas de valores de 10-114metros.



Fig.25 Moradores de habitações precárias construídas no espaço de antigas quintas, em meados do século XX. Vasco Gouveia de Figueiredo.





Fig.26 Azinhaga de Marvila, 1938. Arquivo Municipal de Lisboa.





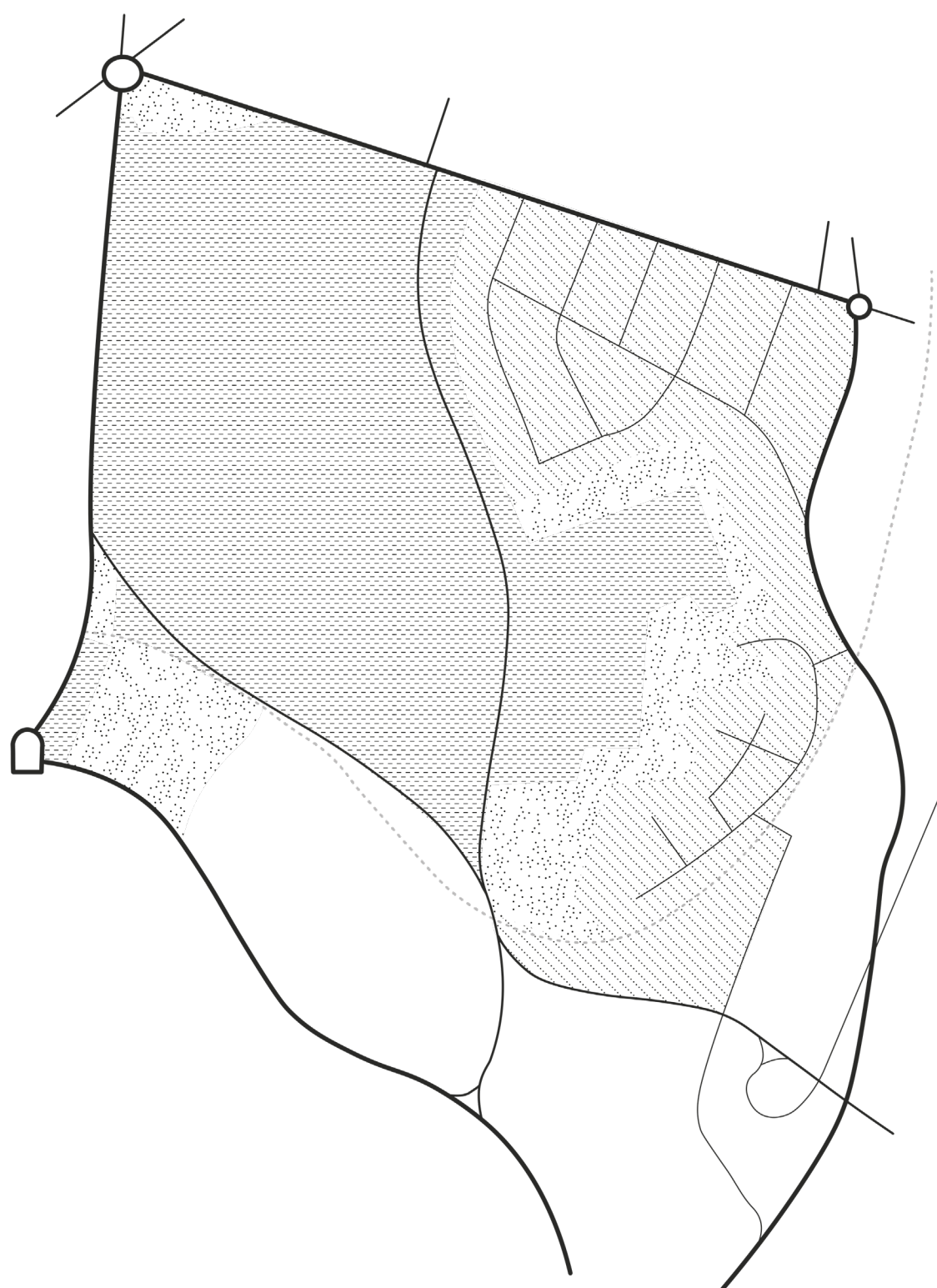
Fig.27 Descarrilamento de comboio à saída do túnel de Xabregas. Joshua Benoliel, 1914.

PLANOS ANTECESSORES

1. PLANO DIRETOR DA CIDADE DE LISBOA

Com os dados recolhidos por Emídio Abrantes em 1938, Étienne De Gröer elabora uma investigação sobre construção, habitação e espaços livres. O propósito era atender o aumento da densidade populacional, com um plano de maior parte da malha edificada e com as zonas verdes a separar as zonas habitacionais e industriais. Com grande influência do modelo modernista inglês de cidade e o desenho haussmanianno, sua crítica ao existente: “O exame do zonamento natural da cidade leva-nos às conclusões seguintes: Os quarteirões de Lisboa estão na sua maior parte constituídos por prédios de rendimento onde se encontram, no rés-do-chão, lojas de venda, oficinas e mesmo fábricas. A tudo isto acrescentam-se, segundo o capricho do acaso, moradias com jardins, perdidas entre as altas paredes dos grandes imóveis. Sobre toda superfície da cidade (parte antiga e parte nova) estende-se uma zona mista, sem carácter determinado, nem saudável, nem agradável como lugar de habitação, nem mesmo prática para o negócio. É mesmo a negação do urbanismo. A instituição do zonamento moderno tem a maior urgência, para que possa acabar com esta desorganização urbana.”

No plano de 1948, propôs a volta do núcleo de Lisboa, um cinturão verde entre o Parque de Monsanto, Parque Periférico, aeroporto e do Parque Oriental. Vias de função radial e circular se prolongaria com a ponte Beato-Montijo, ligação pelo prolongamento da avenida dos Estados Unidos da América. Malha norte-sul, definindo duas zonas de ocupação distintas, uma a poente do Vale de Chelas (carácter habitacional) e a outra nascente (carácter industrial), paralelamente ao caminho de ferro. As zonas mais altas ao vale Central de Chelas a habitação unifamiliar, e uma faixa verde para separar habitação e indústrias. As instalações portuárias devem abrir espaço para o recreio da população da cidade proposto pelo gabinete técnico da habitação, um parque recreativo ribeirinho na malha de Olivais, assim dando possibilidade para a população se aproximar do rio.



PDCL, 1948.

-  Indústria
-  Habitação
-  Zona Verde

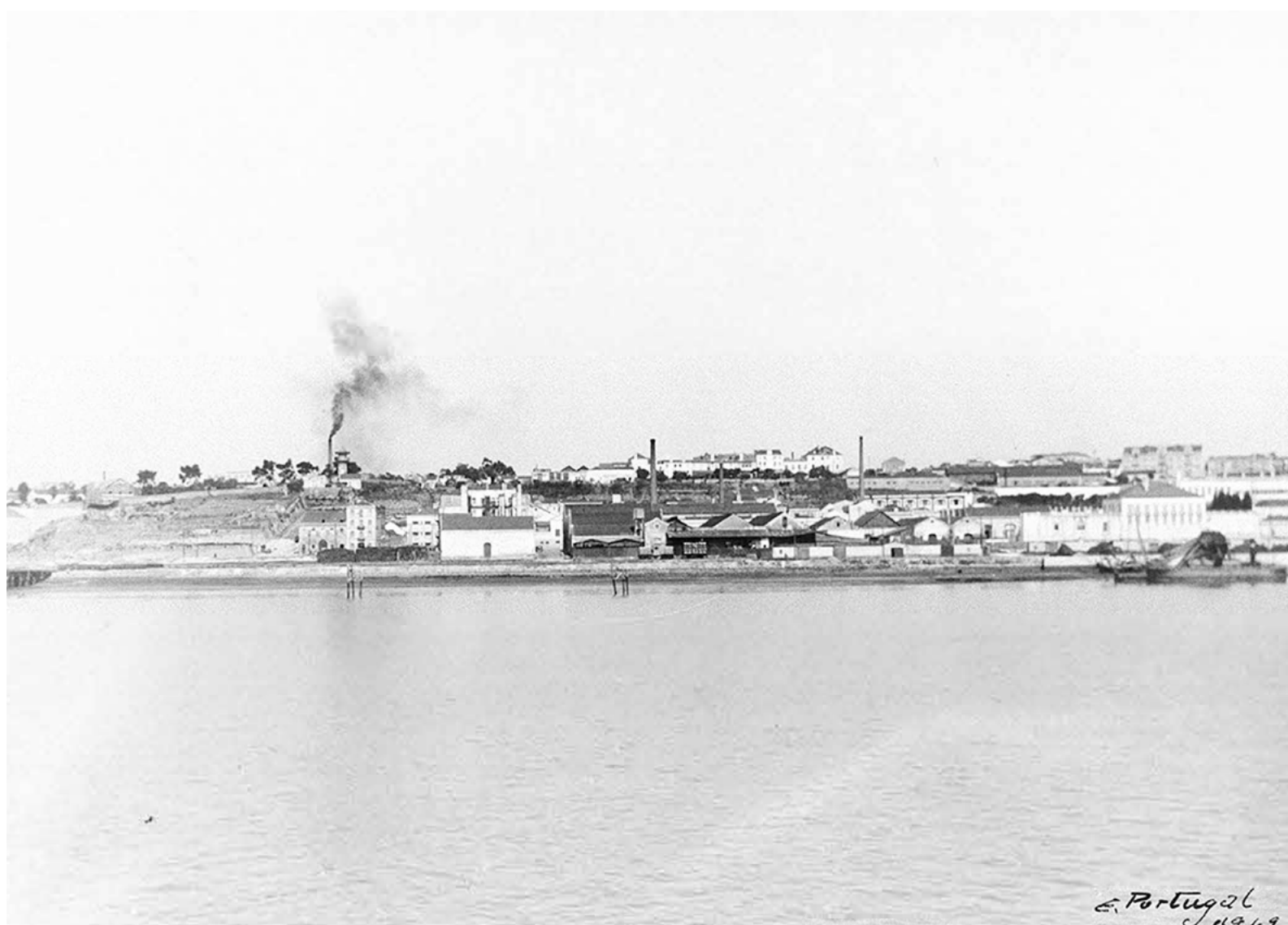


Fig.28 Panorâmica de Lisboa Oriental. Em primeiro plano a direita, o palácio da Mitra, em segundo plano junto da chaminé, a Torrinha de Marvila, Eduardo Portugal, AML, 1949.



Fig.29 Fotografia aérea da zona de Olivais, 1950.

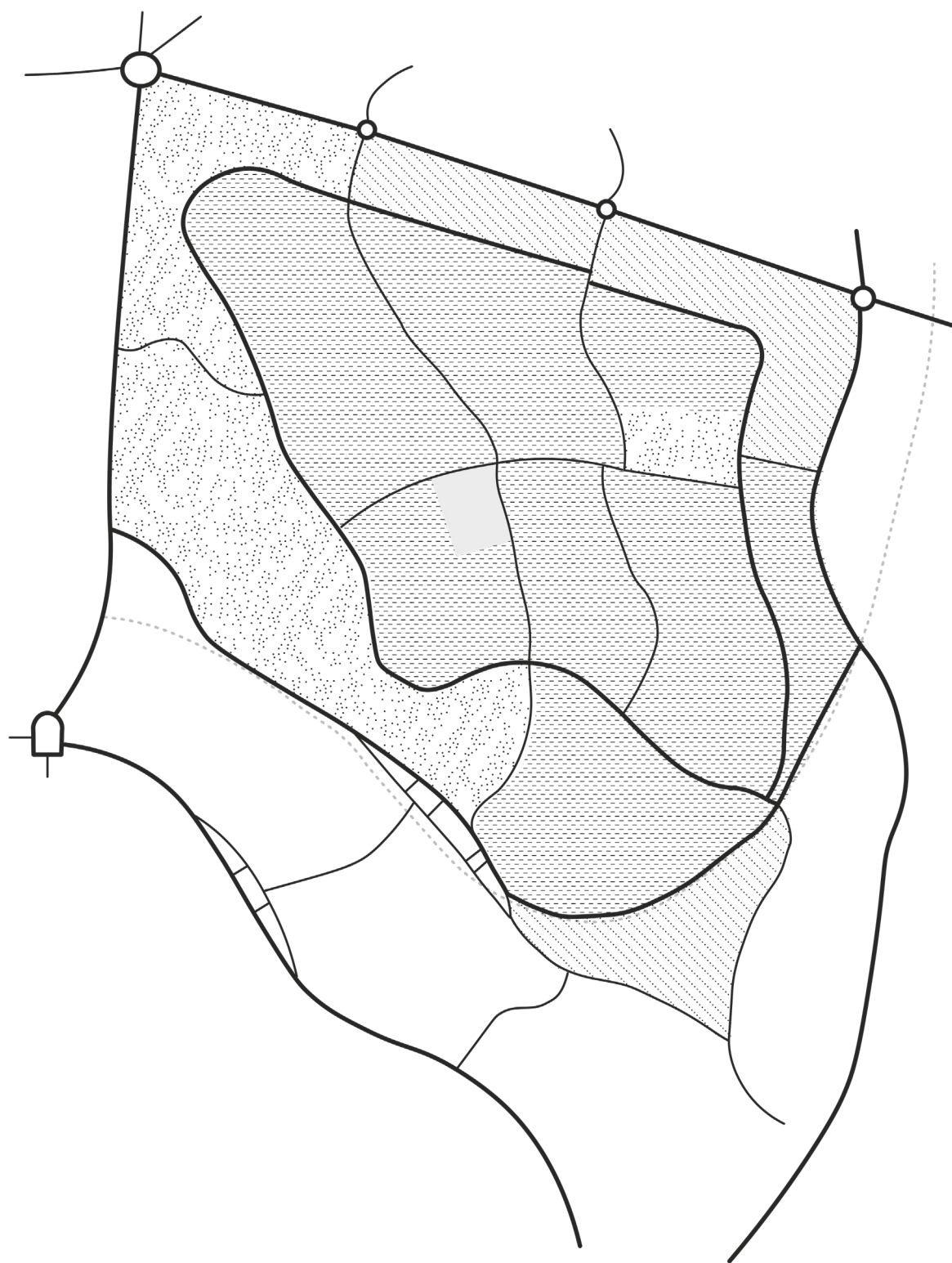


Fig.30 Fotografia aérea de Alvalade e Areeiro, 1953.

PLANOS ANTECESSORES

2. PLANO DO GABINETE DE ESTUDOS DE URBANIZAÇÃO

Elaborado entre 1954 até 1959, o plano propõe manter os sistemas radiais e circulares, com o zoneamento habitacional no centro da malha, mantendo as periferias como área industrial e as zonas verdes foram ampliadas pois havia falta de equipamento do gênero nas regiões próximas. As via central norte-sul, rede viária de Olivais ganharam mais ruas paralelas para ajudar o escoamento para o centro de Lisboa e a Zona do Oriente.



PGEU, 1959.

- Indústria
- Habitação
- Zona Verde
- Centro



Fig.31 Descarga de sal na doca do Poço do Bispo, Artur João Goulart, 1960.



Fig.32 Rua do Sol a Chelas, Lisboa, 1961. Artur Goulart.



Fig.33 Vista do Bairro Chinês, 1960, Arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho.





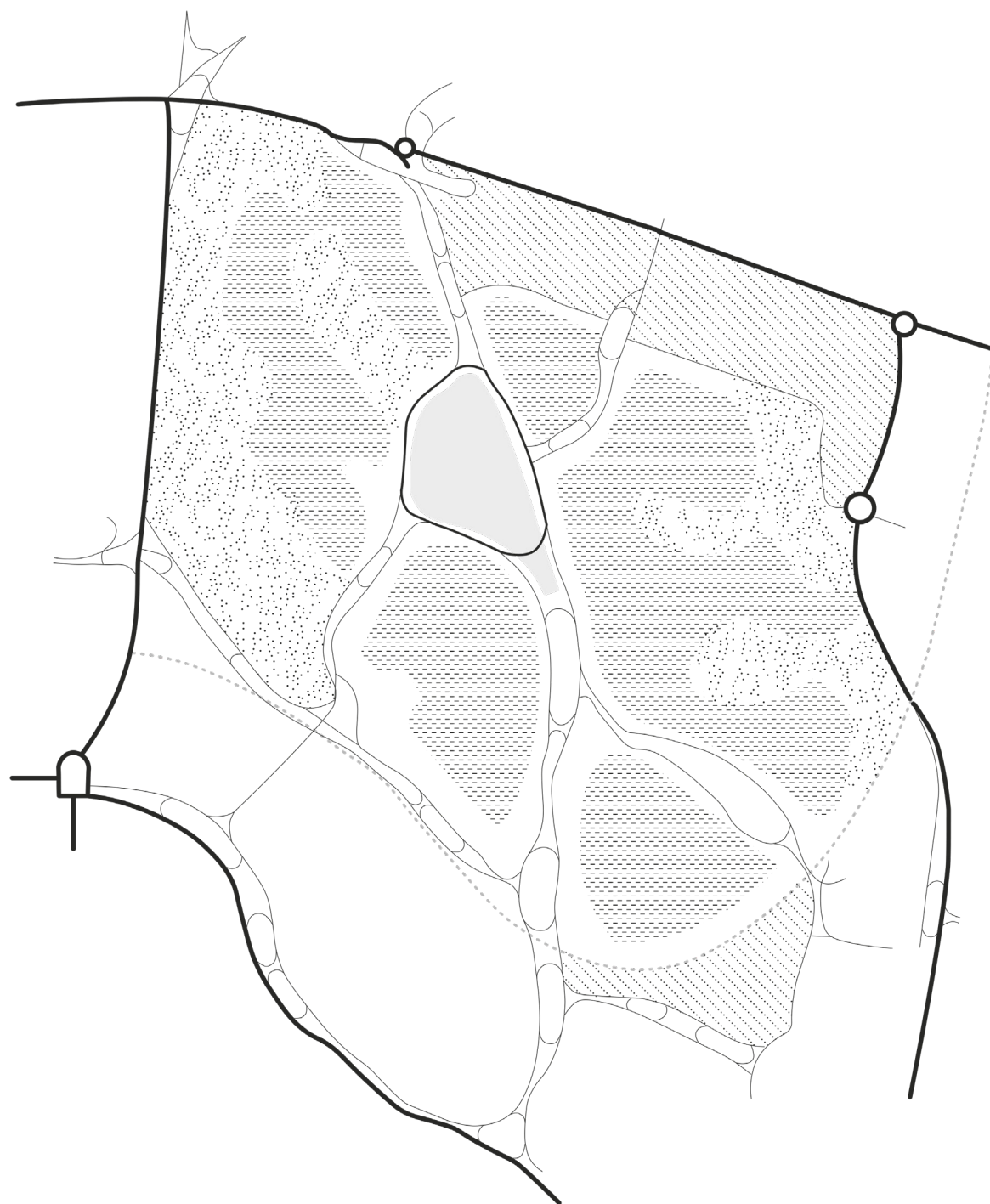
Fig.34 Descarga de sal, Poço Do Bispo, 1960, Artur João Goulard.

PLANOS ANTECESSORES

3. PLANO-BASE DO GABINETE TÉCNICO DA HABITAÇÃO

Elaborado em 1962 pretendia:

- Integrar da zona no conjunto da cidade através da utilização de vias de longo curso que permitam a penetração mais profunda possível no tecido urbano existente
- Interligar a região de Lisboa, especialmente a região ribeirinha Vila-Franca.
- Criar um núcleo principal de fixação de equipamento e de atividades mistas de interesse para o conjunto cidade e em especial a Zona Oriental.
- Fixação de órgãos coletivos de forma a apoiar as principais vias de distribuição.
- Criar um parque na Zona Oriental de Lisboa e um zoneamento verde que permita atenuar os efeitos poluentes da proximidade das indústrias.
- Concentrar as habitações onde pode-se atribuir altas densidades para atingir o máximo de alojamento, sem prejuízo nas áreas livres ou destinadas a instalação de equipamentos.
- Valorização de acidentes naturais no terreno e atribuição de individualidade as áreas de maior unidade geográfica.



Plano Base do G.T.H., 1962

-  Indústria
-  Habitação
-  Zona Verde
-  Centro



Fig.35 Doca Do Poço Do Bispo, 1963.



Fig.36 Praça David Leandro da Silva.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CHELAS

O plano de 1968 surge da revisão do PGTH, o qual usava o método da estrutura centrípeta, o abandono dessa estrutura e procura de distribuir linearmente os equipamentos em maneira a constituir faixas com ramificações, mais longas possíveis, ao invés de uma distribuição pontual. As linhas mestras da estrutura linear, com base nos princípios:

- Associar as atividades urbanas.
- Trazer junto a malha os elementos geradores de urbanidade. Estabelecer paralelamente as zonas de habitação
- Vivificar as faixas para tráfego de peões e automóveis, com percursos distintos mas relacionados com pontos de contato.
- Vivificar as faixas através do alargamento de sua influência na cidade.

As faixas da vida urbana intensa são constituídas por:

- Habitação de categoria elevada, alta densidade.
- Comércio acompanham as linhas estabelecidas para pedestres.
- Equipamento cultural, assistencial e cultural.
- Polo de vida noturna: cinema, café e associação recreativa.
- Pontes de trabalho do sector terciário. Bancos e serviço público, elementos para gerar correntes de população ativa entre a cidade e Chelas, para acelerarem sua interligação.

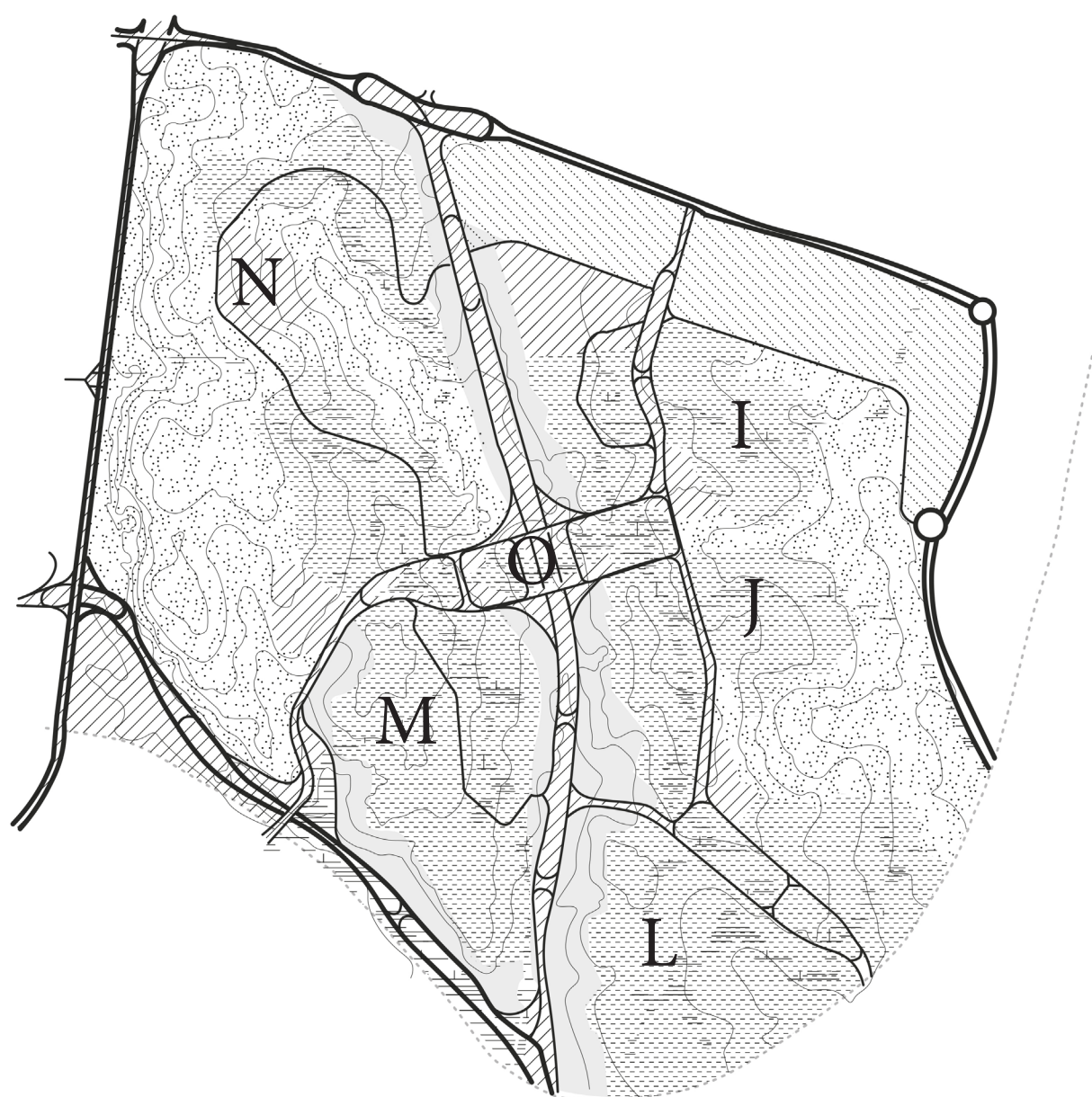
II. Esquema viário de integração na cidade

Zonas de fundamental de ligação, por Chelas:

- Zona central norte e oriente.
- Zona marginal oriente
- Centro tradicional
- Região de Lisboa

Para incentivar as novas áreas urbanas e ligação:

- Praceta Paiva Couceiro
- Praça do Areeiro
- Alameda Afonso Henrique
- Cruzamento da Avenida Gago Coutinho e dos Estados Unidos da América



Ocupação do solo

	Indústria
	Habitação
	Zona Verde
	Centro

III. Criação de um núcleo de equipamento com interesse citadino.

Ligação entre duas unidades geográficas, o vale central de Chelas separa, cria-se uma zona de equipamento, com características programáticas semelhantes as faixas mas com predomínio de instalações que interessam toda a cidade, apoiando as artérias principais. Além de comportar equipamentos sociais necessários para a população oriental. Tirar partido da via principal, para ser vivificadora e ser um futuro centro, e levar essa influencia a nível regional, através do seu prolongamento, sobretudo por Norte. Contribuir como influencia pra essa região que é considerada coo falha de equipamento (Areeiro, Xabregas e Poço de Bispo, Alto de S. João e Madre de Deus) Os riscos que podem acontecer com a concentração de trafego, é “anulado” adotando sentido único nas vias, para evitar pontos de conflitos. As condições topográficas da malha, que quebra a unidade de conjunto, o Vale, ganha importância na localidade, forma e centro. Abandonando as hipóteses da criação de dois centros correspondentes em Chelas-Nascente e Chelas-Nascente e Chelas-Poente. Único centro para interligar . As condições topografias ajudam o conjunto vence em passagem desnivelada a via principal, dando origem a um idtmo, que dentro da evolução da malha, se espera que vença a ter realização logo que a pressão exercida pelas duas faixas seja suficiente para admitir a fixação de certo equipamento escolhido entre atividades do setor terciário (comercio, serviço, cinema, biblioteca) Além da função de ligação entre as duas faixas , esta zona desempenham um papel importante de ligação entre duas faixas, relação com equipamentos ao ar livre, que se prevê como ocupação do vale central. A intenção das duas faixas eram ter papel vivificador, para que a região não seja apenas com a função dormitório.

IV. Zonas de habitação. Densidades

Pela topografia acentuada, com orientação pouco vantajosa, restringe a extensão apta para construir habitações. Portanto as habitações desenvolvem-se nas encostas menos inclinadas, nas cristas ou vales mais largos. Mas as áreas que forem construídas devem ter densidade máxima, menos as próximas ao aeroporto. A noção de divisão, implícita no conceito da estrutura celular, no plano-base de Chelas. Na estrutura das zonas habitacionais revive-se o conceito tradicional da rua como elemento de união, enquanto enquadramento edificado das linhas de força urbana limitada de trafego motorizado. A paisagem urbana das novas extensões antevê-se ... ,embora intimidamente ligada a zonas livres. Através de uma sequencia de espaços e enquadramentos muito definidos, da oposição a implantações pontuais e consequentes pulverização de espaço livres, procura-se criar um ambiente ..., de acordo com as condições ecológicas que moldaram os melhores exemplos da cidade antiga.

V. Zonas Verdes

O estado rural, que atualmente Chelas se encontra, permite existência de uma reserva de ar não poluído que provem da zona industrial. Perante a expansão da cidade será necessário conservar esta função criando-se áreas arborizadas, perante as altas densidades previstas. As zonas verdes tem duas funções: sera constituição de logradouros coletivos de recreio com equipamentos culturais e desportivo, e para percursos e proteção contra a consequência de presença das industrias. Essas zonas também servem para suprir a deficiência de equipamentos deste tipo na zona oriental. O parque em Chelas, ocupa a faixa poente de malha mais fortemente condicionada pela servidão do aeroporto. Desenvolve-se numa cota elevada. As encostas entre Picheleira e Casal Vistoso, merecem ponto de unidade paisagística. E todas as encostas com mais de 15% de inclinação, deve se prever como zona de parque.

VI. Zonas Industriais

A indústria ocupa uma faixa quase completamente construída entre a 2ª circular e a rua de serventia, conforme foi estabelecido pelo Plano Director do Gabinete de Estudos de Urbanização. Se prevê, nessa área muito heterogênea, garantia de necessidade de proteção ao troço do prolongamento da avenida dos Estados Unidos da América, uma remodelação, no sentido de conseguir uma predominância industrial, mas conservando alguns edifícios como a Escola Afonso Domingues e a Casa de S. Vicente, e ainda instalações de beneficencia da Misericórdia.

VII. Equipamento

O equipamento que visa a satisfação das actividades económicas, culturais, recreativas e sociais a estabelecer as malhas prevê-se a distribuição de modo a constituir uma sequencia hierarquizada de polos de interesse que vão desde o centro local, relacionado com as necessidades de carácter diário. A localização desse polo contribui para a criação de zonas de interesse coletivo que se apoia nas vias estruturais, zonas nascentes e poentes e no istmo central de ligação. Assim podendo atender a vida de toda zona de malha. Os primeiros, atravessavam a malha nos dois sentidos, ligando as células e os equipamentos de maior escalão (centros cívicos-comerciais, centros desportivos, cemitério, centro médico-social, parques), entre si e às malhas vizinhas; os segundos, ligavam as habitações às escolas e aos percursos principais, as escolas préprimárias e primárias, percorriam parques, etc.



Fig.37 O presidente do Camara Municipal de Lisboa, Nuno Abecosis, durante a visita que efectuou a zona "J" de Chelas, 1982.

MARVILA E FRAGMENTAÇÃO

A cidade de Lisboa experienciou uma significativa redução populacional entre os anos 1980 e o início do presente século, verificando-se uma distribuição dos residentes mais antigos da cidade para zonas mais afastadas do centro, nomeadamente para as suas periferias e para os crescentes subúrbios a Norte e Sul, originando a expansão da Área Metropolitana de Lisboa e estabelecendo uma malha urbana policêntrica e fragmentada. A Zona Oriental da cidade também sofreu este fenómeno de expansão graças à redistribuição populacional, em particular a área do Parque das Nações, com novas áreas qualificadas, no âmbito da operação de reconversão levada a cabo no âmbito da Exposição Mundial de 1998. Infelizmente, esta qualificação não afetou a freguesia de Marvila, nomeadamente o Vale de Chelas, que se apresenta hoje como um enclave de grandes dimensões e com grandes necessidades de mudança. Já a frente ribeirinha da atual freguesia de Marvila tem vindo muito recentemente a sofrer transformações e é considerada pelos seus novos moradores como uma área com muito potencial, com cada vez mais projetos habitacionais e empresas a sediar-se nas antigas instalações de fábricas que operaram durante largos anos nesta zona. Apesar desta reocupação de espaços devolutos ser positiva, afeta apenas uma pequena percentagem de território, a Este da linha de caminho de ferro, sendo que a realidade da restante freguesia, a Oeste da linha, muito diferente. Chelas, apesar do seu passado rural marcado por inúmeras quintas e espaços de lazer das classes mais altas da sociedade, evoluiu depois do Plano de Urbanização de Chelas para um território que durante muitos anos se entende como problemático, dividido entre vazios urbanos e densos blocos habitacionais, fraturando qualquer lógica urbana possível.



Fig.38 Vista sobre o Vale de Chelas até Xabregas, Lisboa, c. 1990.



Fig.39 Conjunto Habitacional Cinco Dedos, Hugo David, 1975.

ÁREAS DE TRANSIÇÃO DE MARVILA



Fig.40 Fotografia aérea da linha ribeirinha de Marvila, 1959. Arquivo Municipal - Lisboa



Fig.41 Fotografia aérea da linha ribeirinha de Marvila, 2019. Google Earth

A transição dos espaços é simplesmente baseada em combinações de recuo, transparência, acesso e modo de acesso. No entanto, como cada uma dessas variáveis é um continuum, pode haver um número quase infinito de tipos de interface. Estender a tipologia produziria um sistema com mais nuances, mas qualquer mapeamento de tais categorias se tornaria progressivamente menos legível e os deslizamentos entre os tipos se multiplicariam. Existem muitas variações que se encontram entre as categorias mapeadas aqui: semitransparência (a cerca alta, mas um tanto aberta), semi-contratempos (limitando a troca social potencial), entradas ambíguas “traseiras” e a mistura de carros e pedestres (jardim /estacionamento). Existem muitas outras condições em que a ambiguidade entre os tipos envolve ritmos temporais: lojas com portas de enrolar fechadas durante a noite; janelas com cortinas; uma porta ou garagem que se torna uma entrada após o expediente. Diagramar e mapear tais variações em vez de eliminar essas ambigüidades de nossa preocupação, queremos colocá-las em primeiro plano de uma maneira que revele um dinamismo latente, um potencial de mudança e adaptação. Algumas propriedades principais de sistemas adaptativos complexos incluem a diversidade e redundância de diferentes partes, de modo que cada uma desempenha uma multiplicidade de funções onde nenhuma parte é crucial para o sucesso e o sistema pode se adaptar movendo formas, funções e fluxos. O estudo dos principais equipamentos e serviços presentes na freguesia revela o grau de apoio que a população de Marvila recebe por parte das organizações públicas. A aposta dos privados é também importante para perceber se serão estes contribuíram para dinamizar a freguesia nos últimos anos, apenas a Biblioteca de Marvila foi construída recentemente. A educação é o tipo de espaço que encontramos em maior número na freguesia de Marvila, muito graças às escolas que se encontram dispersadas em quase todo o território de Chelas, sendo na sua maioria públicas e previstas no PUC anos antes. Dada a elevada densidade populacional do território de Chelas, o facto destes equipamentos escolares se encontrarem afastadas da frente ribeirinha, zona com um passado fabril e sem capacidade de construções de edifícios públicos de grandes dimensões, não surpreende. Também os espaços culturais estão representados em maior número, surgindo apenas atrás da educação, como já foi visto. A maior parte destes espaços culturais fez ressurgir Marvila como “bairro da moda”, com a reutilização de edifícios fabris, atraindo cada vez mais espaços do género. Os parques urbanos estão, por sua vez, mais presentes em Chelas, onde também se encontra o skatepark. Tanto os equipamentos desportivos como os equipamentos escolares, estão distribuídos pela maior parte dos bairros de Chelas. Abastecido com diversos equipamentos urbanos, de carácter educacional, desportivo e serviço, o maior problema está na transição desses edifícios com o território e a falta de espaços urbanos, que estão entre os altos edifícios residenciais, e diversas áreas não construídas “abandonadas” e estacionamentos, criando um ambiente hostil.



Fig.42 Portão Alto das Conchas, 1964.



Fig.43 Azinhaga do Salgado, 1964.



Fig.44 Azinhaga do Salgado 1998.



Fig.45 Mercado de Xabrega e escola Industrial Afonso Domingues, 1939-07.



Fig.46 Imagem Google street 2018.

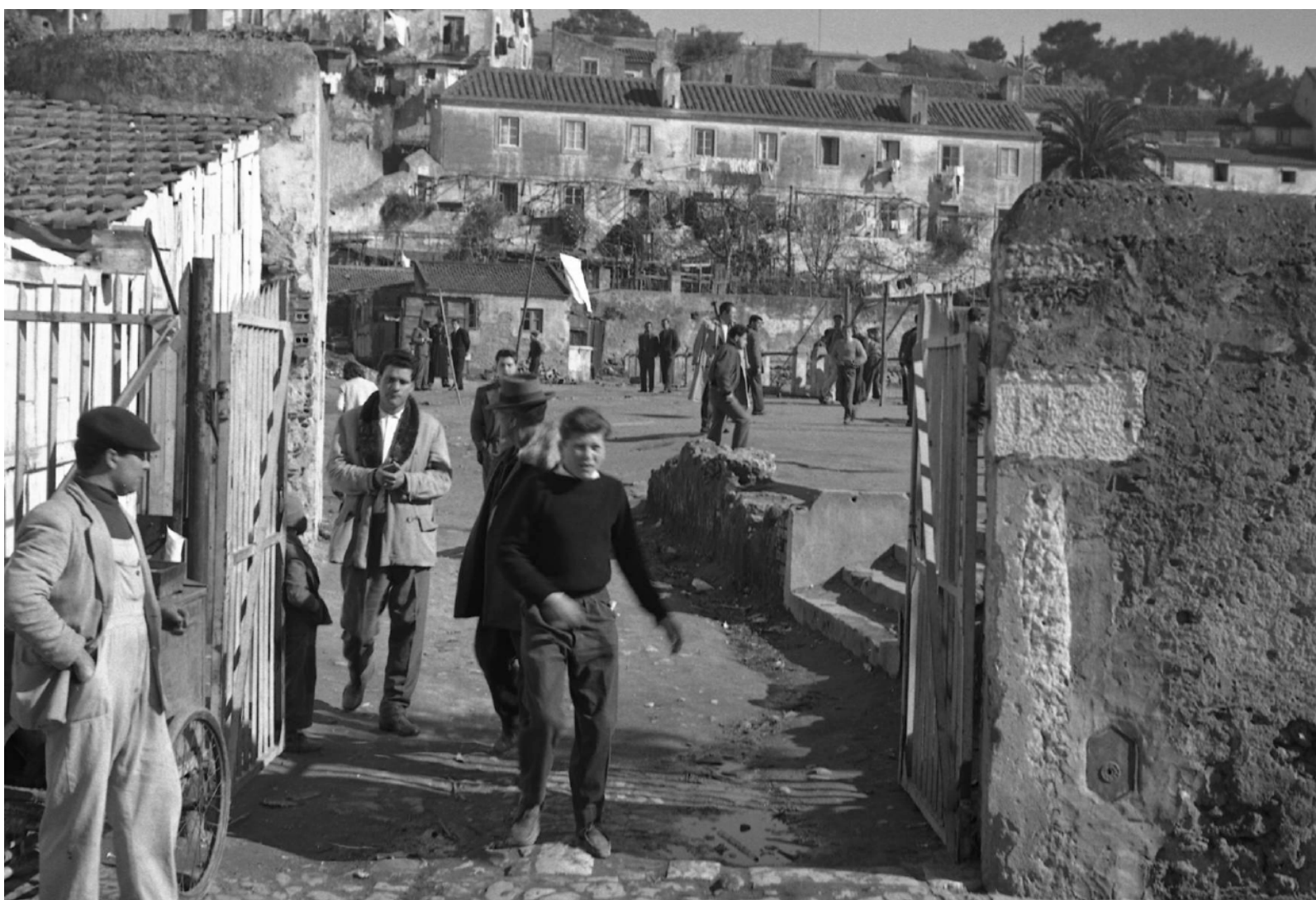


Fig.47 Entrada para o campo de futebol, Artur João Goulard, 1961.



Fig.48 Campo Engenheiro Carlos Salema, 2011.

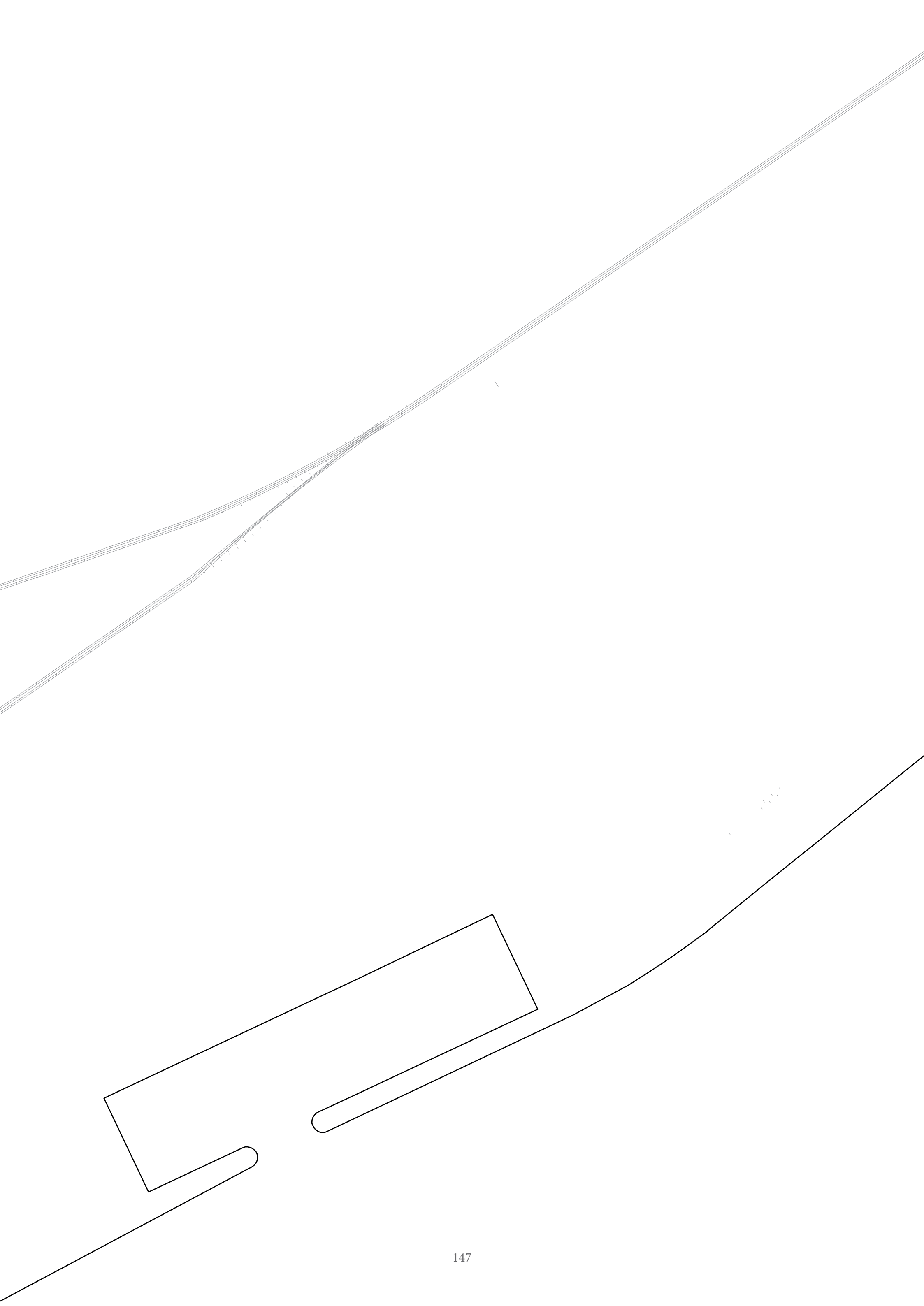
PROJETO





 Areas transitórias

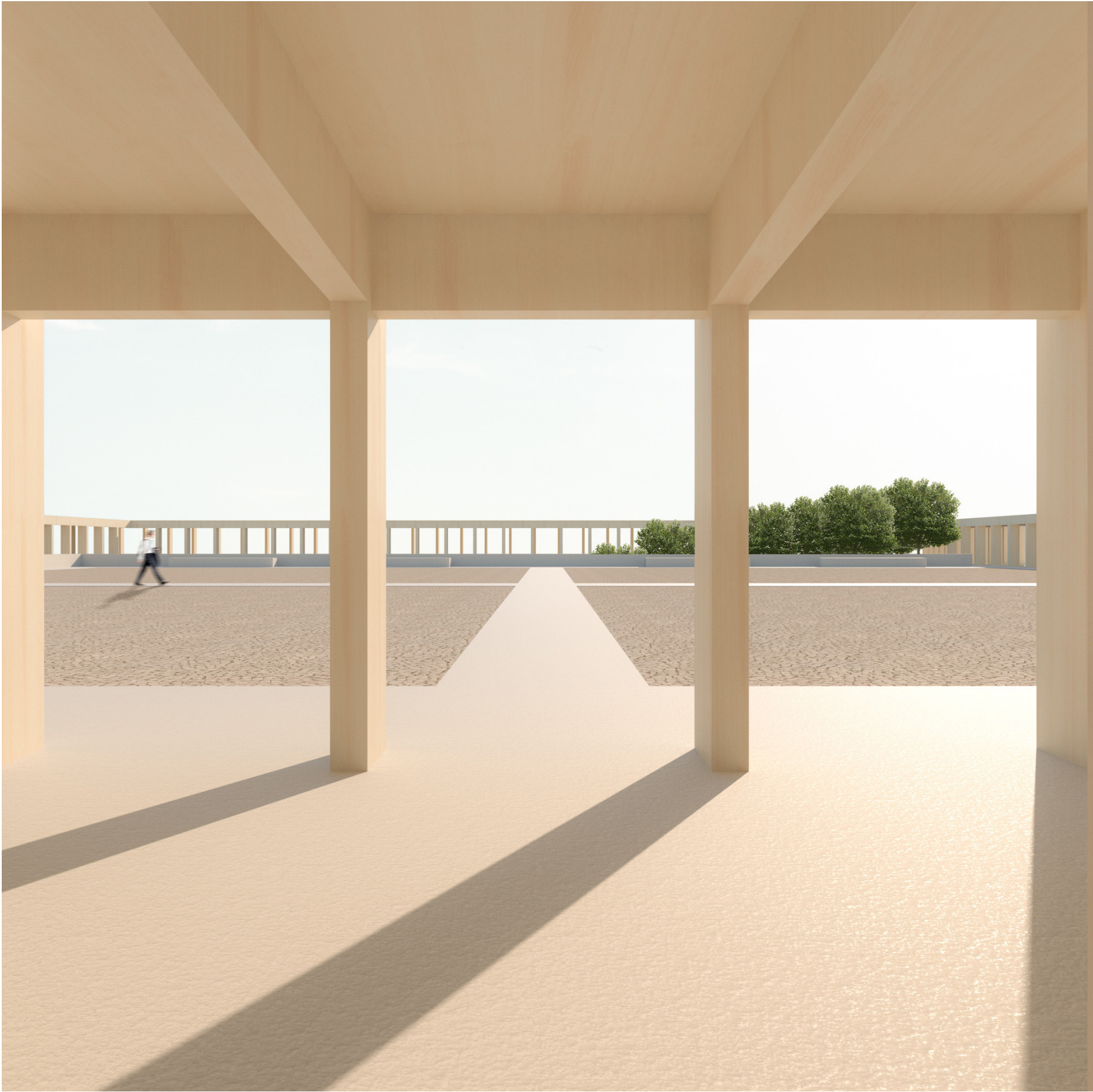




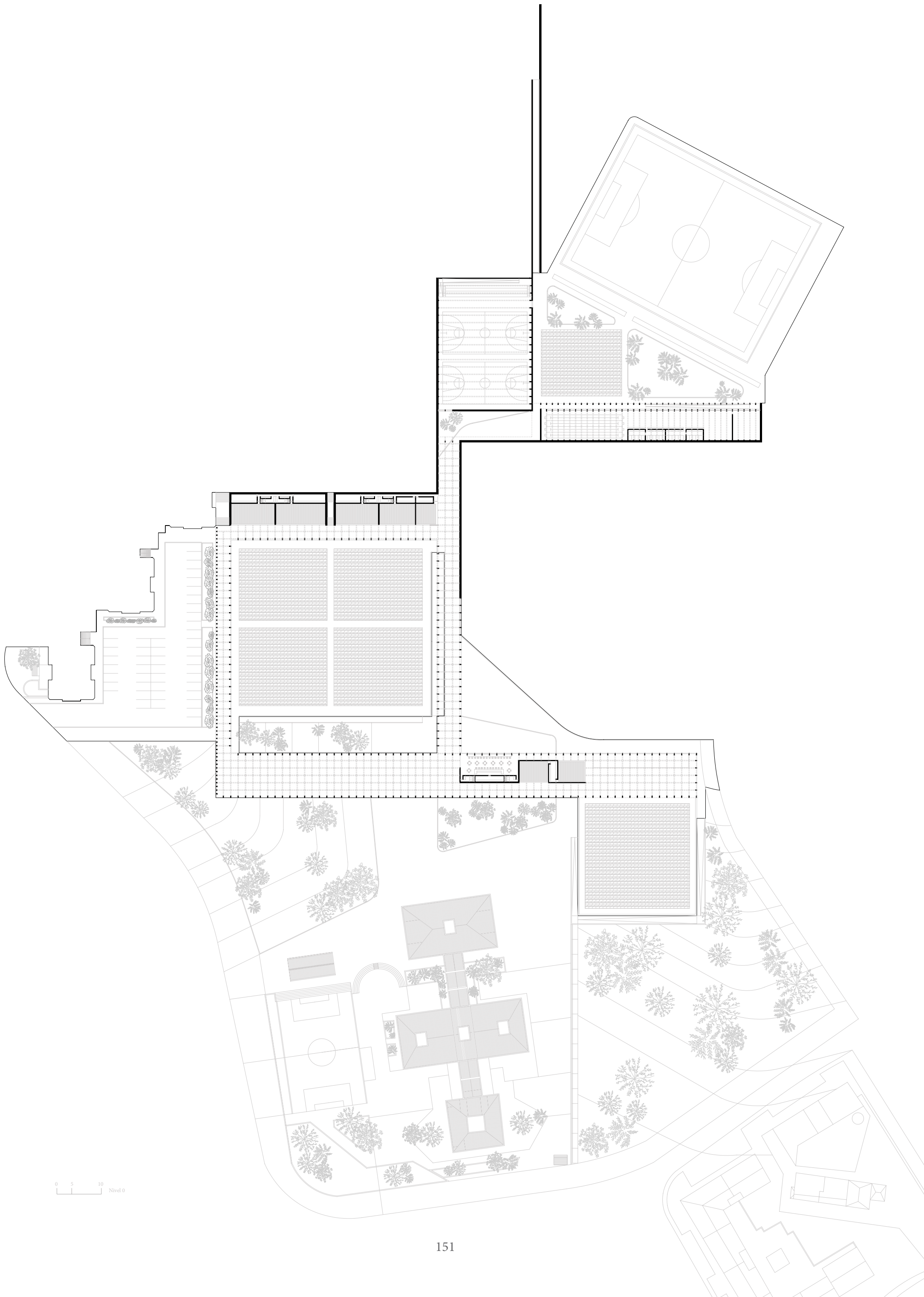


Jardim entre a Escola e o Complexo



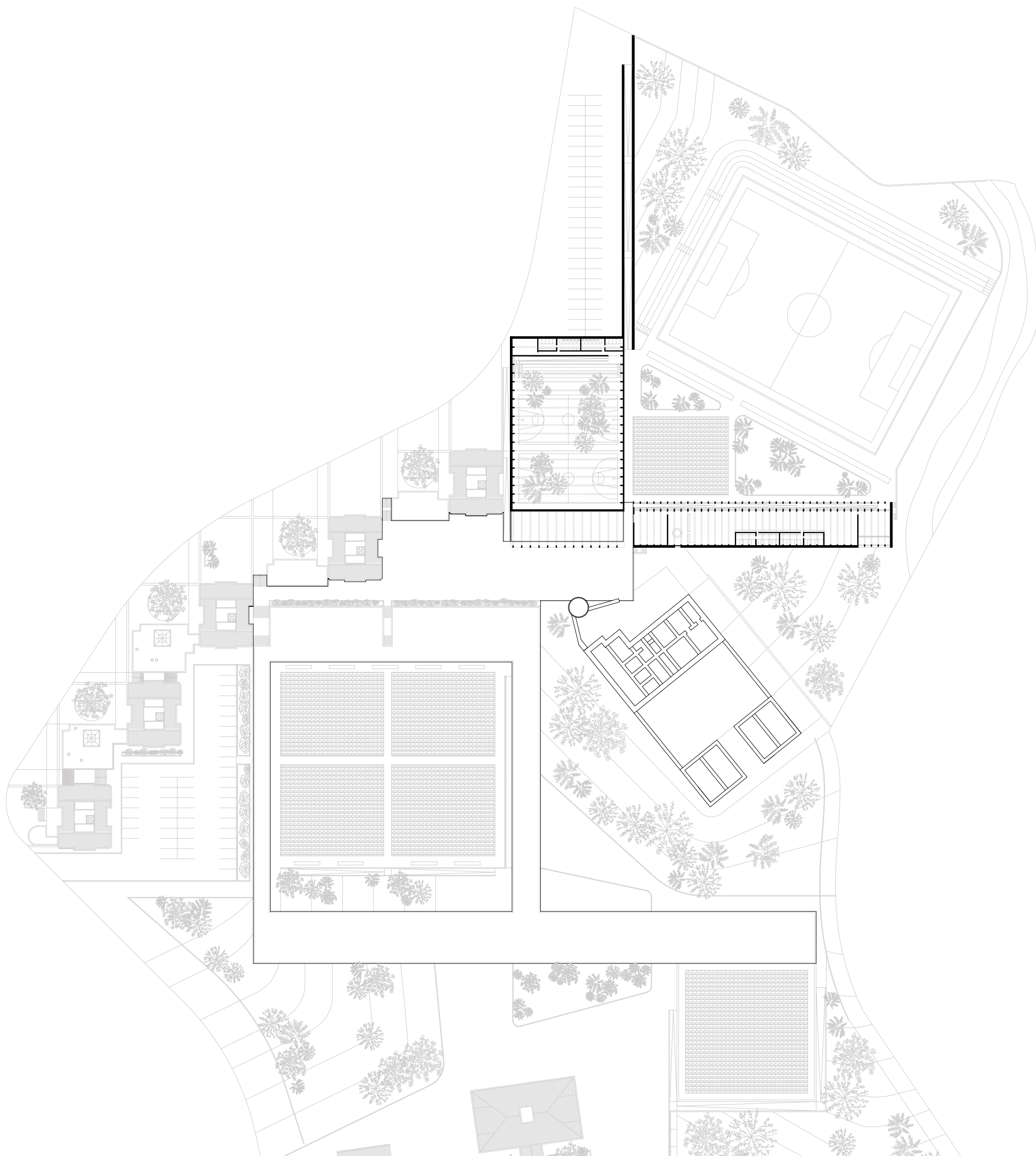


Vista Praça

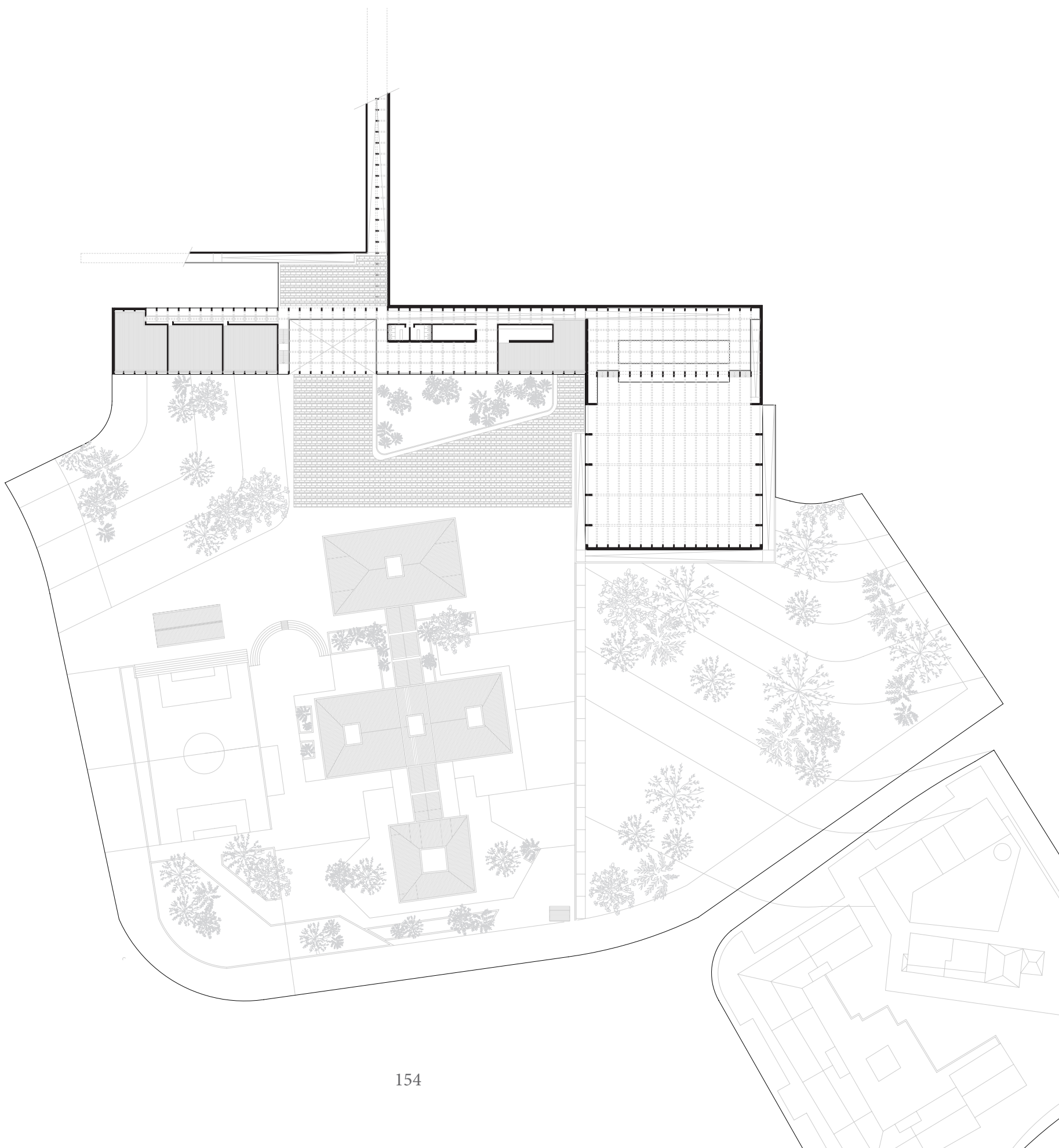


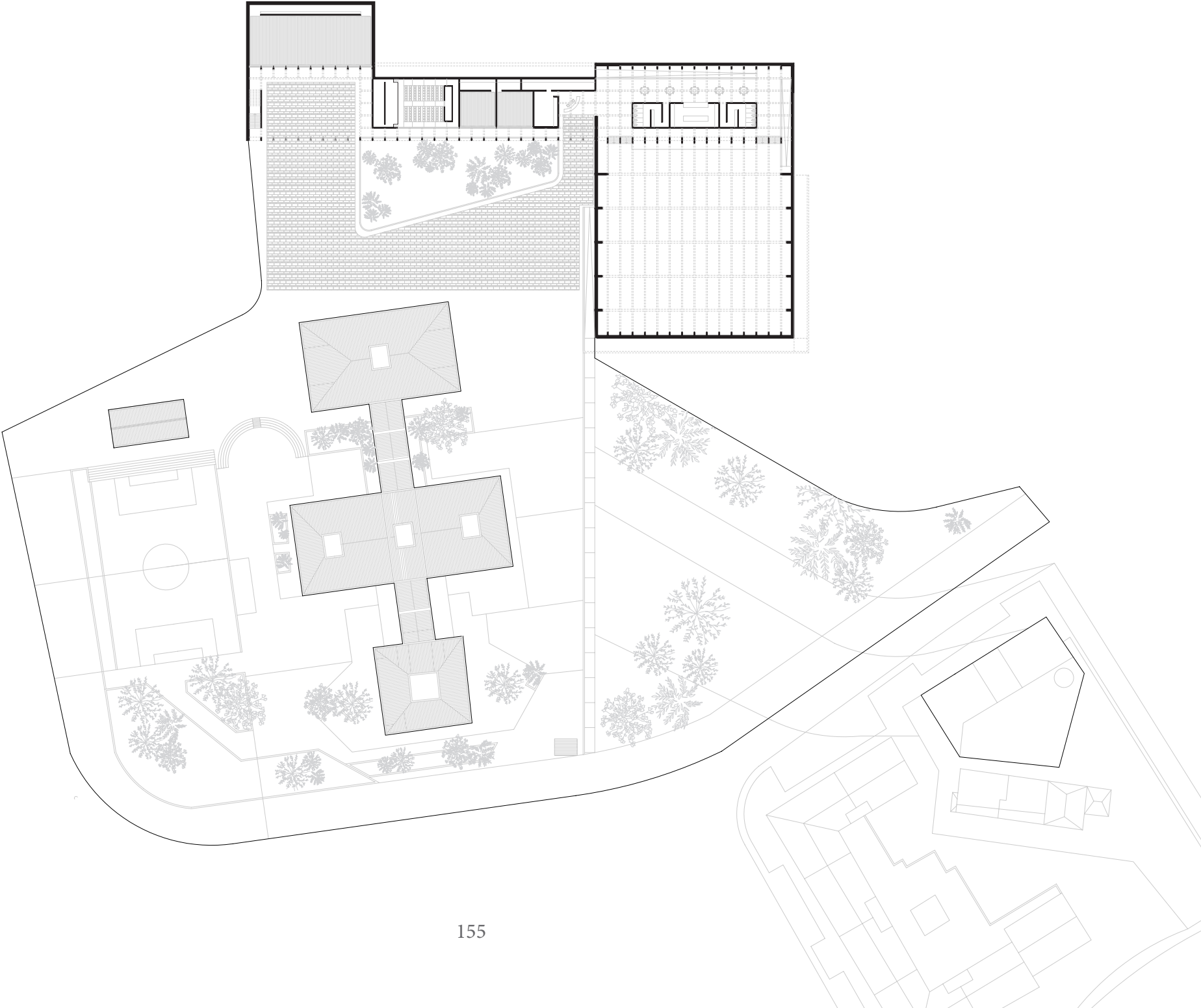


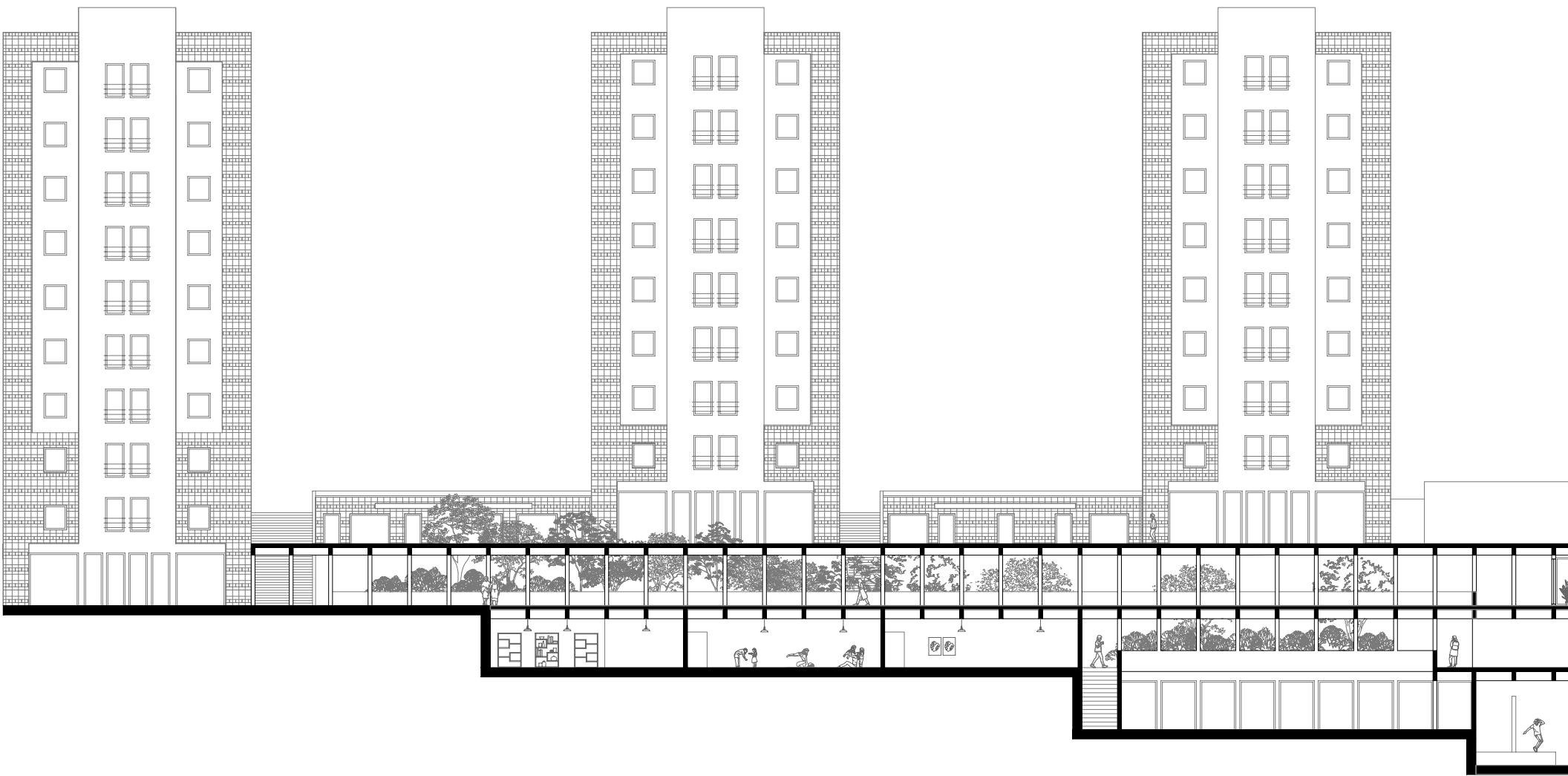
Corredor Central

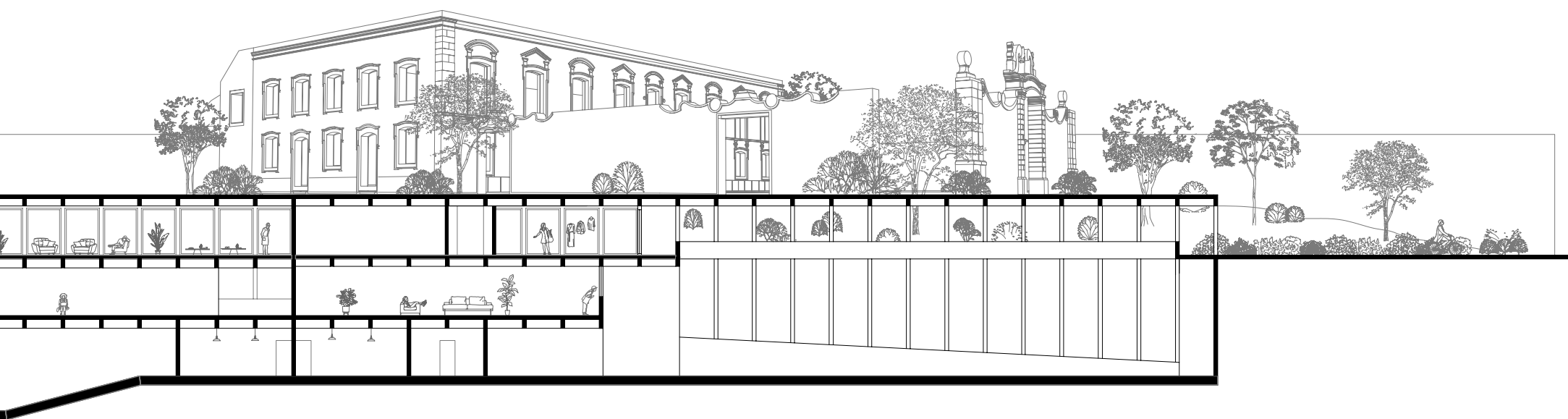


0 5 10 Nivel +1













Referências fundamentais

ALEXANDER, Christopher et al. – A Pattern Language. 1.^a ed. Oxford: Oxford University Press, 1977. 1171p. ISBN-13 978-0-19-501919-3.

CARMONA, Matthew et al. – Public Places, Urban Spaces. 2.^a ed. London: Architectural Press, 2003. 322p. ISBN 0-7506-36327

CHING, Francis D.K. – Architecture: Form, space, & order. 4.^a ed. New Jersey: Hoboken, 2015. 466p. ISBN- 978-1-118-74508-3.

GEHL, Jan – Cities for People. Trad. Karen Ann Steenhard. 1^a ed. Washigton: Islandpress, 2010. 288p. Byer for mennesker. ISBN 159726573X.

GEHL, Jan – Life between buildings: using public space. Trad. Jo Koch. 1^a ed. Washigton: Islandpress, 2011. 208p. Livet mellem husene. ISBN 13-978-1-59726-827.

HERTZBERGER, Herman – Lessons for students in architecture. 6.^a ed. Rotterdam: 010 Publishers, 2005. 271p. ISBN 90-6450-5624.

HILLIER, Bill – Space is the machine. 2.^a ed. Cambridge: University of Cambridge. 1999. 368p. ISBN 978-0-9556224-0-3.

JACOBS, Jane – The Death and Life of Great American Cities. 1.^a ed. New York: Vintage, 1961. 472p. ISBN 67-97-4195-X.

LOBELL, John – Between Silence and Light Spirit in the Architecture of Louis I. Kahn.1.^a ed. Boston: Shambhala,1985. 120p. ISBN 0-87733-150-0.

LYNCH, Kevin – The Image of the City. 2.^a ed. Massachusetts: The MIT press, 1960. 525p. ISBN 0262620014.

NORBERG-SCHULZ, Christian – Architecture: Meaning and Place. 1.^a ed. New York: Rizzoli, 1988. 254 p. ISBN 0847808475.

NORBERG-SCHULZ, Christian – Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture. 2.^a ed. New York: Rizzoli, 1979. 210 p. ISBN 0847802876.

NORBERG-SCHULZ, Christian – Intentions in Architecture. 1.^a ed. Massachusetts: The MIT press, 1962. 276 p. ISBN 9780262640022.

RUDOLFSKY, Bernard – Archictecture without architects. 1.^a ed. New York: The Museum of Modern, 1964. 137p. ISBN 978-0826310040.

RUDOLFSKY, Bernard – Streets for people. 2.^a ed. London: Van Nostrand Reinhold Co, 1982. 351p. ISBN 0442278403.

VENTURI, Robert – Complexity and Contradiction in Architecture. 2.^a ed. New York: The Museum of Modern Art Papers on Architecture, 1992. 133p. ISBN 0810960230.

WHYTE, William – The social life of small urban spaces. 1.^a ed. New York: Project for Public Spaces, 2001. 125p. ISBN 09-7063-241X.

Referências complementar

ALTMAN, Irwin et al. – Human Behavior and Environment.1.^a ed. New York: Plenum Press, 1977. 355p. Postmodern Ethics. ISBN 978-1-4684-0810-2. Cap. 5, p. 181 - 254.

ARGAN, Giulio – L'Arte Moderna. Sansoni, 2006. 261p. ISBN 8446000342. Cap. 4, p. 62-82.

BAUMAN, Zygmunt – Ética Pós-moderna. Trad. João Rezende Costa. 2.^a ed. São Paulo: Paulus, 2003. 285p. Postmodern Ethics. ISBN 0-631-18693- X. Cap. 5, p. 153 -176.

BENJAMIN, Walter – Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Carlos Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989. 271p. ISBN 8511120491. p.194

BENTLEY, Ian et al. – Responsive Environments. 5.^a ed. London: Architectural Press, 1985. 152p. ISBN 978-0-7506-0566-3. Cap.4.7, p.69-71.

DELGADO, Manuel – El animal público. 1.^a ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1999. 218p. ISBN 8433905805. Cap.1, p. 23-58.

FOCILLON, Henri – The life of Forms in Art. Edição Revisada. New York: Zone Books, 1992. 185p. p. 74 ISBN-13: 978-0942299571. Cap. 4, p. 65-95.

HEIDEGGER, Martin – Poetry, language, thought. Trad. Albert Hofstadter. 2.^a ed. New York: Harper & Row, 2001, 254p. Poesie sprache denken.ISBN 0060937289. Cap. 4 e cap.9 p.141-161 e p.185-209.

FRIEDRICH, Johann – Arcades: The History of a Building Type. 2.^a ed. Cambridge: MIT Press, 1983. 616p. ISBN 0-262-07082-0. Cap. 1-5.

LYNCH, Kevin – A theory of good city form. 2.^a ed. Massachusetts: The MIT press, 1981. 525p. ISBN 0-262-12085-2. Cap. 1, p. 3-11.

MERLEAU-PONTY, Maurice – Phenomenology of Perception. Trad. Donald A. Landes. London: Routledge, 2012. 585p. Phénoménologie de la perception. ISBN 978-0-415-55869-3. Cap. 3, p. 279-290.

NEWMAN, Oscar – Creating Defensible Space. 2.^a ed. Philadelphia : DIANE Publishing, 1996. 123 p. ISBN-10: 0788145282. Cap. 3, p. 72-78.

NORBERG-SCHULZ, Christian – The concept of dwelling. 1.^a ed. New York: Rizzoli, 1984. 148 p. ISBN 084780590-5. Cap.3, p.51-71.

SIMMEL, Georg – On Individuality ans Social Forms. 1.^a ed. Chicago and London: The university of Chicago Press, 1972. 462p. ISBN-13 978-0-226-75776-6. Cap. 2-5.